

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

JOANA DOS SANTOS ROSÁRIO

O amor não tem cor?

Representações sobre relacionamentos inter-raciais na revista *Manchete*

Monografia

Mariana

2022

JOANA DOS SANTOS ROSÁRIO

O amor não tem cor?

Representações sobre relacionamentos inter-raciais na revista *Manchete*

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares

Mariana

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R789o Rosário, Joana dos Santos.

O amor não tem cor? [manuscrito]: representações sobre relacionamentos inter-raciais na revista Manchete. / Joana dos Santos Rosário. - 2022.

72 f.: il.: color., tab..

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Democracia racial. 2. Revista Manchete. 3. Relacionamento interracial. 4. Tematização. I. Tavares, Frederico de Mello Brandão. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.347

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Joana dos Santos Rosário

O amor não tem cor? Representações sobre relacionamentos inter-raciais na revista *Manchete*

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo

Aprovada em 27 de outubro de 2022.

Membros da banca

Prof. Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Msc. Francielle Neves de Souza - (Doutoranda Universidade Federal de Minas Gerais)
Profa. Dra. Denise Figueiredo Barros do Prado - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Frederico de Mello Brandão Tavares, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/12/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Mello Brandao Tavares, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/12/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0449443** e o código CRC **B94BD691**.

*O terror do homem negro
A solidão da mulher negra
Manequins na vitrine
A cor não pega que crime
Black faces, bad faces
Bad vibes, bad trips
Posso tocar seu cabelo
Bunda africana, olha esses peitos
Eu acabei com o preconceito
Fui pra cama com um preto
Ele tem cara de mal
Ela tem sorriso branco
Ela é da cor do pecado
Que me perdoe os santos
Mas olha o tamanho da roupa,
Ela tava me atentando [...]
a carne mais barata do mercado
É a carne negra e é servida crua*

BK

AGRADECIMENTOS

Esse é um momento de grande realização pessoal e foi também um percurso de descobertas e interesses, em que as escolhas fizeram desse processo um lugar desconhecido e de grande aprendizado.

Por isso, agradeço aqueles que fizeram disso tudo uma possibilidade: meus pais, que antes de mim foram. Antônio e Maria me deram vida e foram minhas maiores inspirações; em especial minha mãe que me acolheu com ensinamentos, atenção e orações.

Às minhas irmãs: Juanice e Jânia, pelas trocas de experiências, apoio e carinho. Ao meu irmão: Cleomar, por um dos bens mais preciosos: minha sobrinha, Heloísa, que me ensina a cada dia a olhar com atenção as pequenas alegrias da vida e perceber que temos o dever de tentar construir um mundo melhor.

Aos meus amigos conquistados em Mariana, que me permitiram extravasar, rir, chorar e sentir saudades (gorditas 2.0) e em especial: Jonathan, Emanuel, Leiriane e Marina, obrigada pela presença final. No geral, vocês foram umas das surpresas mais encantadoras dessa jornada.

Ao Rodrigo, que no caminho de volta foi apoio e abrigo.

Agradeço ao Fred, meu orientador, por fazer possível esta monografia e possibilitar minha entrada no universo da pesquisa a partir da Iniciação Científica, sou grata de coração pelo incentivo, atenção, serenidade, precisão e respeito.

Agradeço a professora Denise Figueiredo e a pesquisadora Francielle de Souza pelo privilégio de ter vozes tão potentes em minha banca.

Ao Programa de Iniciação à Pesquisa (PIP) administrado e financiado pela UFOP que permitiu vivenciar a Iniciação Científica com bolsa.

A Universidade Federal de Ouro Preto pelo ensino, pesquisa e extensão, bem como ao incentivo financeiro no qual possibilitou minha permanência na instituição.

Aos professores do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, pelos saberes compartilhados.

A todos os servidores, trabalhadores e trabalhadoras da Universidade Federal de Ouro Preto, que fizeram e fazem a instituição funcionar.

Agradeço a AQUELE, que com sua infinita graça, possibilitou todos esses ganhos em minha jornada. Sou grata!

O amor é uma ação

bell hooks

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso busca analisar na extinta revista *Manchete* (1952–2007) as representações acerca dos relacionamentos inter-raciais no Brasil. Pretende-se observar, em quatro reportagens veiculadas, as atualizações acerca das representações dos relacionamentos afetivos heterossexuais inter-raciais retratados ao longo de quatro décadas na *Manchete*, a fim de compreender os mecanismos de produção e/ou reprodução de sentidos em torno das relações étnicos raciais no Brasil e seus significados. Quanto ao método de abordagem, essa pesquisa se baseou numa análise qualitativa com fins descritivos e interpretativos. O referencial teórico para interpretação teve como base as perspectivas das representações sobre raça, racismo, democracia racial, tematização e jornalismo de revista. No segundo momento, a partir da análise discursiva, buscou-se perceber quais sentidos acerca das relações inter-raciais, tidas como característica nacional, foram discursivamente produzidos e construídos pela revista. Como resultado, foi possível constatar que *Manchete*, a partir de um olhar individualista diante das experiências dos casais inter-raciais, ao instituir sentidos sobre as relações raciais no Brasil, utiliza como pano de fundo as uniões afetivas mistas como um valor a ser conquistado e mantido para a efetivação de uma sociedade brasileira pretensamente plural e multirracial.

Palavras-chave: Relacionamentos Inter-raciais; Democracia Racial; Representação; Revista *Manchete*; Tematização.

ABSTRACT

This final graduation project has the objective to analyze in the extinct *Manchete* magazine (1952-2007) the representations around interracial relationships in Brazil. Intending to observe, in four reports attuned in the periodical, the updates around the representations of affective and heterosexual inter racial relationships during four decades on *Manchete*. With the objective to understand the mechanism of production and/or reproduction of the senses around the ethnic-racial relations in Brazil and their meaning. About the research methods, this study was based in a qualitative analysis by descriptive and interpretative purposes. The theoretical referential had the fundamental for its interpretation the perspective of representation about race, racism, racial democracy, thematization and magazine journalism. As the result was possible to conclude that *Manchete* when instituting meanings to racial relations in Brazil, uses the affective inter racial unions as a value to be conquer and to maintain the effects of a Brazilian society supposedly plural and multi racial.

Keywords: Relationship; racial democracy; representation; *Manchete* Magazine; thematization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: "Amor em prêto e branco" <i>Manchete</i> , nº 537 de 1962	16
Figura 02: "Amor em prêto e branco" <i>Manchete</i> : nº 1011 de 1971	16
Figura 03: "Casais Mistos: Retrato em preto e branco" <i>Manchete</i> : nº 1011 de 1971	17
Figura 04: "Casais PB" <i>Manchete</i> : edição de nº 2064, em 1991	18
Figura 5: "Na praia do arpoador começam e acabam muitos romances entre brancos e pretos" <i>Manchete</i> , 1962, nº 537	45
Figura 6: "Dirce e Lio" <i>Manchete</i> 1962, nº 537	46
Figura 7: "Ela é brasileira e ele francês: Cléia e Guy" <i>Manchete</i> , 1971, nº 1011	49
Figura 8: Leninha e Dr.Nilson têm hoje dois filhos. Seus problemas já acabaram <i>Manchete</i> , 1971, nº 1011	50
Figura 9: "Só no casamento se descobriu que nega Tereza de Jorge Ben Jor era loura Tereza" <i>Manchete</i> , 1971, nº 1011	51
Figura 10: "Casamento de Wilson Miranda com Neuza Maria" <i>Manchete</i> , 1971,nº 1011	51
Figura 11: "Casado com Flora, Gilberto Gil acha que a emancipação do negro é ima questão ligada à melhor distribuição de renda" <i>Manchete</i> , 1986, nº 1809	56
Figura 12: "Maria e Antônio Cardim Barbosa na Bahia; Paula e Cláudio Adão, no Rio, tiveram de superar problemas familiares para provar que o amor é mais forte do que a cor" <i>Manchete</i> , 1991, nº 2064	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
<i>Manchete</i> & “o amor em preto e branco”	13
CAPÍTULO 01 – “Juntos e misturados?” O relacionamento inter-racial no Brasil	22
1.1. Naturalização das diferenças? Breve passeio pelas teorias raciais do Século XIX	23
1.2. O futuro é mestiço? Mestiçagem como meio e o branqueamento como fim	25
CAPÍTULO 02 – Tramas (in)visíveis: sentidos construídos no jornalismo de revista	37
2.1. Uma notícia, vários jeitos de contar: o tema como construtor de sentidos	39
2.2. A presença do negro na <i>Manchete</i>	41
CAPÍTULO 03 – “Aconteceu, virou <i>Manchete</i>”: o amor em preto e branco	44
3.1. Entre o concubinato e o casamento legal: “Existe complexo racial no Brasil?”	44
3.2. A união inter-racial como forma de igualdade?	48
3.3. Raça e sociedade: superando o “nível folclórico das relações”?	53
3.4. <i>Febre na selva</i> : desejo, cor e “ascensão”	57
3.5. Juntos e Misturados? Aproximações entre o relacionamento Inter-racial e o ideal da Democracia Racial	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

"Quando uma história se mantém no folclore é que, de alguma maneira, ela exprime uma região da "alma local".

Franz Fanon

Essa pesquisa parte do pressuposto de que a subjetividade, presente na visão de mundo de cada pesquisador, opera como um fator essencial para compreender o olhar e os questionamentos lançados no processo de perguntar sobre a realidade (CASSAB, 2004). Nesse sentido, algumas questões orientadoras apontam para o percurso das reflexões que me proponho a analisar nesta monografia. Como estudante de jornalismo, negra — característica, essa, que me torna objeto da discriminação racial —, passei a inclinar o meu olhar aos diversos sentidos, discursos e impactos da comunicação nas relações raciais no Brasil. Visto que “discutir as dinâmicas da mídia frente às questões de raça e etnicidade é, em grande medida, discutir as matrizes do racismo no Brasil” (RAMOS, 2007, p. 8-9).

O jornalismo “como instituição, é um campo social e uma prática discursiva que produz sentidos sobre a vida cotidiana, sobre o presente, sobre os demais campos e sobre si mesmo” (RIBEIRO, 2014, p.20). Por meio de narrativas e traduções de acontecimentos, o jornalismo pode ser visto como uma ferramenta que opera diretamente no processo de construção do conhecimento e ideal cultural.

Rosane Borges (2012), ao atentar-se para os modos em que o imaginário se ordena em torno da comunicação, aponta que a comunicação fornece a todos nós horizontes identitários, de bem-estar no mundo. Em concordância, Muniz Sodré (1999) reflete que a comunicação social, ao longo da história, caracterizada por suas dinâmicas e processos, se tornou um fator determinante no desenvolvimento da construção da identidade étnica dos afrodescendentes. Desse modo, é possível observar a relação direta existente entre a mídia como um fator de direcionamento da subjetividade humana, em que se torna um aparato que afeta diretamente alterações de comportamento, e as relações sociais e raciais no Brasil.

Nesse contexto, revistas, tal qual elas se apresentam, com temporalidade maior que a do jornal diário, contemplam várias temáticas, a partir da segmentação. Encontram-se subordinadas “[...] a interesses econômicos, institucionais e editoriais; possui singularidades como segmentação por público e interesse; caracteriza-se por sua materialidade durável e colecionável; criando a partir da estética e as diferentes construções textuais uma relação

direta e emocional com o leitor, contribuindo, assim na formação opinião e o gosto” (BENETTI, 2013, p. 44-45). Elas assumem o papel de lidar com os acontecimentos já veiculados nos jornais e fornecer um conteúdo com um número maior de informações sobre o assunto.

Publicada pela primeira vez no Brasil em 1952, por Adolpho Bloch, e veiculada até 2007, *Manchete* foi uma revista semanal de grande sucesso que, sob o lema “Aconteceu, virou *Manchete*”, trazia temas variados, desde esportes e grandes acontecimentos, a celebridades de dentro e fora do país, além de coberturas políticas. Amplamente conhecida por possuir uma concepção mais “moderna”, ao longo de sua história, é possível observar esporadicamente uma inclinação da revista por questões relacionadas à raça, bem como um “novo” discurso sobre o negro e as relações afetivas entre o branco e o negro, como pauta emergente.

Deste cenário comunicacional e do incômodo subjetivo inicial, esta monografia deriva também de um recorte proporcionado pelo percurso metodológico desenvolvido na pesquisa de iniciação científica *Edições especiais de revista como diferenciação no tempo: a duração como objeto para apreensão de lógicas editoriais*¹, na qual atuei como bolsista. Nela foi feito levantamento documental sobre a revista *Manchete*, no *Acervo Digital de Periódicos da Biblioteca Nacional*.

Em um período de cinquenta e cinco anos, em duas mil quinhentas e trinta e sete (2537) edições, encontrou-se a partir dos termos “Racismo”; “Preconceito de cor” e “Preconceito Racial”, respectivamente: quinhentos e setenta e seis (576), cento e cinquenta e dois (152) e cento e cinquenta (150) ocorrências. Desse levantamento, chegou-se a um grupo de matérias em que a questão racial no Brasil teve ênfase, sendo objeto de pauta. E do processo de verificação dos dados, com o foco em chegar a um conjunto de matérias que pudessem ser analisadas, realizou-se uma relação desses termos, observando-se uma associação em pelo menos dois dos três termos pesquisados, em vários momentos.

Assim, deste cruzamento, obteve-se duas classificações de reportagens, as primárias, aquelas matérias em que o racismo foi tratado como temática principal; e as secundárias, aquelas que os textos têm como foco central um personagem negro que discute sobre a discriminação racial. Na tabela a seguir, vemos o índice desse material em cada década:

¹ A pesquisa iniciou-se em março de 2021, sob o Edital PIP/UFOP da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI/UFOP), com minha participação até outubro de 2023.

A QUESTÃO DE RAÇA NA REVISTA <i>MANCHETE</i>				
1952 – 1962	1963 – 1973	1974 – 1984	1985 – 1995	1996 – 2007
11	3	7	8	2

Tabela 1: Cruzamento dos termos “Racismo”; “Preconceito de cor” e “Preconceito Racial” em reportagens da revista *Manchete*

Fonte: produção da autora.

Desses resultados, é possível observar que o espaço dedicado à temática racial é bastante reduzido, tendo em vista o histórico sócio-racial do Brasil. No processo de levantamento de dados acerca de reportagens que tratavam sobre o preconceito racial no país, algo me chamou atenção: a revista *Manchete*, no decorrer de quase 30 anos, ao longo de quatro décadas distintas, agendou em quatro momentos a pauta sobre relacionamento inter-racial. A partir desse achado o desenho da pesquisa aqui apresentada se configurou.

Considerando o contexto sócio-histórico do Brasil, que se fundamentou em um discurso que se nega e até mesmo ameniza a discriminação racial, há, em alguma medida, uma tentativa de se estabelecer a ideia do relacionamento afetivo inter-racial como sinônimo de mestiçagem. E, a partir disso, pode-se configurar como um artifício para difundir a ideia de igualdade racial no país. Somado a essa hipótese, as transformações presentes no campo da comunicação podem desencadear novas significações quanto às representações acerca de raça e escolha afetiva.

Com base nesses pressupostos e tendo em vista a recorrência da pauta sobre casamentos inter-raciais no periódico, algumas perguntas surgiram: como a revista *Manchete* ao falar sobre relacionamentos inter-raciais constrói uma memória própria e coletiva sobre esse tema? Em relação à revista, existe um diálogo entre a ideia de democracia racial e os relacionamentos inter-raciais? Qual a importância da *Manchete* neste período marcado pelas transformações sócio-raciais? De que formas são representadas as relações afetivas entre o negro e o branco? “O amor não tem cor, no Brasil?” ou ainda “O que é ser negro neste país?” Essas e outras questões norteiam este Trabalho de Conclusão de Curso.

***Manchete* & “o amor em preto e branco”**

“Em 1984 Gilberto Braga trouxe em horário nobre a história de um amor multirracial. Sônia (Zezé Motta) e Cláudio (Marcos Paulo). O racismo foi discutido,

falado e mais que comprovado. A ideia de Gilberto era exatamente essa! Adivinhem só, o casal não foi aceito pelo público. Naquele momento, um jornal ouviu telespectadores sobre o casal e ficaram todos espantados com as respostas que chegavam. Uma das pessoas dizia que Marcos deveria estar sem dinheiro para aceitar beijar uma negra (Zezé) na trama. O saudoso Marcos Paulo chegou a receber recados mal-educados de fãs em sua secretária eletrônica. "As reações foram fortíssimas", confirmou o galã da época. Não parou por aí... Na trama, a família do Cláudio era contra a Sônia. Principalmente o pai dele, que era interpretado pelo Hugo Carvana, e era uma coisa assim sem pudor. Quando Cláudio perguntava ao pai o que ele tinha contra o pai dizia: 'Não gosto, não quero que você se case com ela porque ela é negra. Não quero netos mulatinhos!.'"

(Zezé Motta, relato publicado em seu perfil no Instagram, no dia 28 de outubro de 2021).

Apesar de passados trinta e oito anos desde a aparição do casal Cláudio e Sônia na novela *Corpo a Corpo* (1984), de Gilberto Braga, na Rede Globo, representações que focalizam relacionamentos inter-raciais como meio apaziguador das tensões étnico-raciais existentes no Brasil ainda persistem. Os dados de 2010² do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que cerca de 70% dos casamentos no país são endógamos (entre pessoas de mesma cor), o que denuncia a idealização das relações raciais no Brasil. Neste contexto, desde o século XIX, a mídia nacional, em sentido amplo, opera como catalisadora de expressões políticas e institucionais acerca das relações étnico-raciais, o que contribui e contribuiu, direta e indiretamente na legitimação da desigualdade racial (SODRÉ, 1999). Ou seja, em certa medida, é na mídia que se constrói uma parcela significativa das relações étnico raciais presentes no país.

Ao longo da história do jornalismo de revista no Brasil, são inúmeros os periódicos de grande abrangência que se destacam em seu papel de informar e criar opiniões. Surgindo como resposta a uma nova demanda do mercado cultural brasileiro³, a revista *Manchete* consolidou seu nome com seu intenso investimento em inovação tecnológica, na segunda

² Até a finalização da pesquisa, esses eram os dados mais fiéis sobre a parentalidade, tendo em vista que o Censo Demográfico de 2020 não se realizou.

³ No século XX, as revistas ilustradas destinaram a fotografia, o papel de informar e em um intenso fluxo de relação da imagem com o texto: a fotorreportagem (AMORIM, 2008). Nessa recente dinâmica comunicacional, a foto passa a apresentar um “ponto de vista especificamente visual sobre os acontecimentos” (COSTA, 2012, p. 315).

metade do século XX e com vínculos políticos claros, em diálogo com costumes e questões da sociedade, pautando-as e sendo por elas pautada. Para acompanhar o emergente padrão visual da televisão na década de 1970, além de investir na qualidade gráfica, a *Manchete* “passou a ter 20% de texto, 30% de títulos e espaços em branco e 50% de fotografia” (MIRA, 2001, p. 84). Neste período, a imagem contribuiu para mostrar as diversas faces do Brasil e agiu também no processo de informatização da sociedade brasileira.

Publicada em abril de 1952, *Manchete* foi a sintetização de um longo percurso de trabalho de Adolpho Bloch⁴. Em seu editorial veiculado na edição número 1, “Um momento, leitor”, a revista se apresenta ao público, remontando a ideia de um compromisso com a velocidade do acontecimento:

Depois de trinta anos de trabalho como gráficos resolvemos condensar numa revista semanal os resultados da nossa experiência técnica convocando, para aproveitá-la, uma equipe de escritores, jornalistas, fotógrafos e ilustradores de primeira ordem. *Manchete* nasce no momento exato em que nos consideramos aparelhados para entregar ao Brasil uma revista de atualidades, correta e modernamente impressa. Em todos os números daremos páginas e cores – e faremos o possível para que essas cores se ponham sistematicamente a serviço da beleza do Brasil e das manifestações do seu progresso. O Brasil cresceu muito, suas mil faces reclamam muitas revistas, como a nossa, para espelhá-las. *Manchete* será o espelho escrupuloso das suas faces positivas, assim como do mundo trepidante em que vivemos e da hora assombrosa que atravessamos. Neste Momento, os fatos nacionais e internacionais se sucedem com uma rapidez nunca antes registrada. Os jornais nunca tiveram uma vida tão curta dentro das vinte e quatro horas de um dia. Este é o grande, o sonhado momento dos fotógrafos e dos repórteres exercitados para colher o instantâneo, o irrepetível. Depois virão os historiadores. E agora prossiga, leitor...” (*Manchete*, n. 1, 26 de abril de 1952).

Segundo Pádua (2013), *Manchete* atuava na mídia como uma espécie de camaleão, ganhando “as cores da ideologia e dos interesses dos grupos no poder em cada época”, o que garantiu sua sobrevivência em meio a instabilidade política do Brasil até a década de 1990. Para Adolpho Bloch, a informação jornalística era a principal mercadoria e até mesmo uma moeda de troca favorável a aqueles que detinham o poder. Em uma espécie de cortejo a políticos e empresários, a fim de convencer a usufruir de seu bem mais valioso: o espaço publicitário e jornalístico na *Manchete*, a revista e seu conglomerado de empresas se destacaram mantendo-se em um alto nível pelo seu estreito relacionamento com a elite (PENA, 2010; BLOCH, 2008).

⁴ Imigrante russo naturalizado brasileiro em 1922.

Sob o lema “Aconteceu, virou *Manchete*”, no final dos anos de 1960, *Manchete* se transformou na mais importante revista semanal brasileira, superando *O Cruzeiro* (PÁDUA, 2013). Em novembro de 1995, morre Adolpho Bloch. E após um intenso processo de falência *Bloch Editores*, em agosto de 2000, *Manchete* deixa de circular semanalmente. Em dezembro de 2002, os títulos da *Bloch Editores* retornam às bancas – *Manchete*, *Pais e Filhos*, *Ele e Ela* e *Fatos & Fotos* –, sob o comando do ex-diretor geral da Editora Globo, Marcos Dvoskin. Após algumas edições esporádicas, *Manchete* tem seu fim em 2007.

Considerando a trajetória da *Manchete* no mercado editorial brasileiro, bem como a presença da temática racial no periódico, a pesquisa propõe analisar as representações dos relacionamentos afetivos heterossexuais inter-raciais, presentes em quatro reportagens, na tentativa de definir as atualizações acerca das representações dos relacionamentos afetivos inter-raciais retratados na revista ao longo de quatro décadas, através da construção enunciativa realizada. Tais atualizações indicam, de certa forma, mecanismos de produção e/ou reprodução de sentidos em torno das relações étnico raciais no Brasil.

O estudo analisa as reportagens: “Amor em prêto e branco”, presente na edição de nº 537 de 1962 (**Figura 01**); “Amor em preto e branco”, publicada na edição de nº 1011 de 1971 (**Figura 02**); “Casais Mistos: Retrato em preto e branco, veiculada na edição de nº 1809 de dezembro de 1986” (**Figura 03**), e “Casais PB”, inserida na edição de nº 2064, em 1991 ” (**Figura 04**). As reportagens analisadas compõem um conjunto de quatro matérias que retratam a união afetiva inter-racial entre 1962 e 1991 e para melhor compreensão, faremos brevemente uma apresentação dessas reportagens:

“Amor em prêto e branco” (1962), discute o baixo índice de casamentos legais entre os relacionamentos afetivos inter-raciais no Brasil. Aponta que, em um país onde se nega o racismo e a miscigenação é comum, os dados não deveriam ser baixos como mostram as pesquisas da época. Deste dilema, a matéria busca discutir as questões acerca da causa do fenômeno e se “Existe, ou não, complexo racial no Brasil?”. A reportagem, portanto, objetiva encontrar respostas a partir da vivência de alguns casais mistos.

A segunda matéria, “Amor em preto e branco” (1971), com o mesmo título da reportagem de 1962, discorre sobre o aumento de casamentos mistos e a intolerância de uma parcela da população brasileira, que desaprova a ascensão econômica, social e afetiva do preto em relação ao branco. A matéria, a partir das experiências de casais inter-raciais, debate as pressões socioculturais vivenciadas pelo grupo e aponta para a importância do fator socioeconômico nessas relações.



Figura 01: "Amor em prêto e branco"| *Manchete*, nº 537 de 1962
 Fonte: Reprodução da autora



Figura 02 Figura: "Amor em prêto e branco"| *Manchete*: nº 1011 de 1971
 Fonte: Reprodução da autora

“Casais Mistos: Retrato em preto e branco” (1986), em uma perspectiva diferente das demais, por anteceder a discussão acerca da nova Constituição (promulgada em 1988), aborda a existência do preconceito racial, apontando para o nível folclórico das relações sociais frente à questão de raça. Neste enfoque, a reportagem ouve os casais racialmente mistos que enfrentam críticas, além de ouvir Afonso Arinos, o responsável por criminalizar as manifestações de racismo no Brasil.



Figura 03: “Casais Mistos: Retrato em preto e branco” | *Manchete*: nº 1011 de 1971

Fonte: Reprodução da autora

Por fim, em “Casais PB” (1991), tomando como referência o filme recém-lançado na época, *Febre na Selva* de Spike Lee, aborda para além dos relacionamentos inter-raciais, questões relacionadas a gênero e classe. A matéria traz para o debate o preconceito racial existente no Brasil como algo não restrito apenas ao branco, mas também ao negro. Deste mote, a *Manchete* ouviu sete casais inter-raciais que decidiram assumir a relação.



Figura 4: “Casais PB” | Manchete: edição de nº 2064, em 1991

Fonte: Reprodução da autora

Dito isso, a escolha pela análise sobre os relacionamentos inter-raciais na revista *Manchete* se deu por sua relevância histórica e pela forte presença da temática racial dentro da sociedade brasileira naquele período e atualmente. Na revista, bem como em outras publicações, também na televisão e no cinema, as relações inter-raciais amorosas passaram a ter visibilidade e tornaram-se, até pelo menos a década de 1980, pauta de polêmicas e debates na opinião pública e entre consumidores dos meios de comunicação.

Nesta lógica, considera-se que o olhar atento para este passado pode nos ajudar a compreender e refletir o tempo presente. Nesta mesma proposta, este estudo se justifica por somar-se às poucas pesquisas em torno da representação dos casamentos inter-raciais no jornalismo impresso, principalmente no que diz respeito à construção do discurso jornalístico acerca de tais relacionamentos e de sua importância como promotor de sentidos na sociedade ao longo de muitos anos. Focalizar a questão de temporalidades e engendramentos dessa pauta na revista *Manchete* é também uma novidade investigativa, já que o tema pouco aparece em pesquisas comunicacionais. O problema orientador deste estudo está assim proposto: como a pauta do relacionamento afetivo inter-racial é trabalhada pela revista *Manchete* ao longo do tempo atualiza a ideologia do mito da democracia racial?

O objetivo central da análise é problematizar como a revista *Manchete* retrata os relacionamentos mistos no período de quatro décadas e institui sentidos acerca das relações étnicas raciais no Brasil, tendo no horizonte o imaginário acerca da democracia racial. Especificamente, pretende-se: (a) investigar as representações acerca de raça, (b) explorar os modos de afirmação da identidade negra a partir da distinção valorativa presente no relacionamento heterossexual inter-racial (c) compreender como as questões de gênero e classe se articulam nesse contexto, e por fim (d) identificar tensões e contradições, permanências e rupturas presentes nas matérias encontradas.

Quanto ao método de abordagem, essa pesquisa se baseou numa análise qualitativa com fins descritivos e interpretativos acerca das representações sobre a democracia racial e as questões raciais no jornalismo impresso de revista. Como já adiantado, o movimento analítico deriva de um levantamento documental inicial da revista *Manchete*, disponível no *Acervo Digital de Periódicos da Biblioteca Nacional* (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>). Onde, através de mecanismos de busca disponíveis no acervo, procuramos a partir de palavras-chave reportagens que correlacionaram os termos “casamento inter-racial”, “relacionamento inter-racial” e “amor em preto e branco”.

Deste levantamento, encontramos, entre os períodos de 1959 e 1991, cinco reportagens sobre o relacionamento inter-racial. Dessas cinco, apenas a de 1959 não se encaixou na proposta da pesquisa, pois tinha como foco central uma personagem negra que discutia sobre a questão de maneira secundária. O material foi avaliado quanto à importância atribuída pela revista ao tema do relacionamento inter-racial em cada texto, os discursos presentes, as fontes e o contexto em que surgiu, neste procedimento, foram excluídas notas, aspas e colunas de opinião. Como resultado desse levantamento mais amplo, foram recortados os quatro textos publicados entre 1962 e 1991 na revista *Manchete*, aqui já indicados, que demarcavam a questão dos relacionamentos afetivos inter-raciais no Brasil como foco central. Para investigação desse material, adotou-se a análise de conteúdo e a análise de discursiva, buscando eixos tematizados pelas reportagens, em diálogo com um referencial teórico que contextualizasse a questão das relações étnicas raciais no Brasil e refletisse o debate travado na sociedade em relação ao tema.

Nesta perspectiva, o primeiro capítulo desta monografia tem como proposta contextualizar, do ponto de vista histórico e social, a construção das relações étnicas raciais no Brasil. Para isso, inicialmente, busca definir o conceito de raça e os seus desdobramentos teóricos ao longo da história. Em seguida, em um breve recorte temporal que marca as novas

percepções sobre diversidade, a partir do século XIX, aborda-se o surgimento das teorias deterministas raciais na Europa. Paralelamente, ao final do capítulo, parte-se para os desdobramentos das chegadas das teorias raciais no Brasil, que culminaram na construção de um novo ideário a ser desenvolvido no país: a democracia racial, que foi amparada, principalmente, pela questão da miscigenação no país.

O segundo capítulo busca discutir as singularidades do jornalismo de revista e suas técnicas na construção de narrativas que influem na formação de opinião e gosto do leitor. Além disso, busca-se refletir sobre o jornalismo de revista como ponto de partida para o agendamento de questões de comportamento na sociedade, o que ajuda a pensar sobre mídia e as relações raciais no Brasil. E, neste diálogo, em especial, focaliza-se o conceito de tematização que será essencial para análise do capítulo seguinte.

Por fim, o terceiro e último capítulo tem como foco a análise das matérias a partir da leitura sistêmica dos textos, bem como da problematização acerca dos modos de representar as relações inter-raciais na *Manchete*, buscando definir os comportamentos sociais tal qual por eles elaborados.

CAPÍTULO 01 – “Juntos e misturados?” O relacionamento inter-racial no Brasil

São vários os debates existentes em torno da origem do termo *raça*⁵. Etimologicamente, a palavra deriva do italiano *razza*, que, por sua vez, está associada ao latim *ratio*, que significa, “sorte, categoria, espécie” (MUNANGA, 1999; MENDES, 2012). No desenrolar da história, o significado do termo sempre esteve ligado ao ato de classificar. Primeiramente, utilizado na zoologia e na botânica para distribuir/relacionar o mundo animal e vegetal, mais tarde, a partir do século XVI, seu uso estende-se ao ser humano, como sendo um dos fenômenos da modernidade (ALMEIDA, 2019).

Para Silvio de Almeida (2019), o termo *raça* não pode ser considerado um termo fixo ou estático, pois seu sentido está atrelado às circunstâncias históricas e sociais:

Por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da *raça* ou das *raças* é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2019, p.18).

Os questionamentos em torno da “*raça*” desenvolveram-se gradual e sistemicamente, a partir do século XVI. No contexto de expansão mercantilista⁶, das viagens marítimas à “descoberta” do novo mundo, as bases para a cultura renascentista na busca pela *unidade e a multiplicidade da existência humana* se constituiu. Se no período que antecede ao Renascimento a figura *humana* estava estreitamente relacionada à política e a racionalidade, o contexto da cultura renascentista constrói bases sólidas para o ideário moderno filosófico, que mais tarde, no século XVIII, com o iluminismo, transformaria o europeu no homem universal (ALMEIDA, 2019, p.18).

No século XVIII, o pensamento iluminista impulsionou a construção de um saber filosófico voltado para o homem. No final daquele século, o saber científico começa a se constituir e “toma o homem como objeto de conhecimento, e não mais a natureza” (LAPLANTINE, 2003, p.7). Esse fato desencadeou importantes consequências na história da humanidade. Do ponto de vista intelectual, o iluminismo mobilizou as estruturas que tornaram possível comparar e, conseqüentemente, classificar, os seres humanos, baseando-se nas características físicas e culturais. Se na Grécia Antiga, os bárbaros eram vistos como aqueles

⁵ O termo “*raça*” assumiu diferentes significados ao longo da história, ver: BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**: das Cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 29.

⁶ Prática econômica na Europa que consolidou a burguesia como classe dominante.

que não faziam parte da helenidade, nos séculos XVII e XVIII, a diferença passa a existir a partir da dualidade entre o homem *civilizado* e *selvagem*, dando espaço no século XIX, para a distinção do *civilizado* e o *primitivo*.

O "Século das Luzes", como ficou conhecido, fundamentou, sob o aspecto filosófico, grandes revoluções liberais, como a francesa Liberté, Egalité, Fraternité, em um ápice de organização de um mundo em trânsito, que passaria de um contexto de sociedade feudal para uma capitalista, desencadeando a civilização. Um fator que mais tarde atravessaria fronteiras entrando em contato com “primitivos” e resultaria em um cenário de destruição em nome da razão. A construção do sentido de “raça” se constitui ao longo da história, a partir das relações de poder, conflito e decisão. A raça e por consequência, o racismo, passam a ser referenciados como uma ideologia necessária para a expansão do capitalismo, fundamentando “o colonialismo, a escravização de povos africanos, a submissão e destruição de populações indígenas”, servindo como base também para as teorias raciais a “respeito da supremacia branca, da pureza racial e da superioridade do homem europeu em detrimento” a outros grupos étnicos (BUENO, 2020). Para Achille Mbembe, o processo de colonização teve como finalidade “inscrever os colonizados no espaço da modernidade” (MBEMBE, 2018, p.175).

1.1. Naturalização das diferenças? Breve passeio pelas teorias raciais do Século XIX

A percepção das diferenças entre homens nas viagens ao “Novo Mundo” tornou-se um marco histórico ocidental e recorrente tema de debate e reflexão (SCHWARCZ, 1993). A partir do século XIX, em meio à conquista de terras desconhecidas, novas percepções sobre diversidade surgiram e dois movimentos distintos sobre a questão em torno da raça surgem: o primeiro é o movimento abolicionista que refletiu, mais tarde, no fim da escravidão na América; e o segundo é surgimento das teorias deterministas raciais.

Sob o contexto de crescimento e consolidação da Europa frente à economia e a política, concepções sobre suas conquistas começaram a se manifestar. Dentre elas, motivações de caráter científico, justificando uma suposta superioridade. Embora o estudo acerca das origens da humanidade seja remoto, ele ganha notoriedade a partir do século XIX, por meio de duas vertentes: a visão *monogenista*, influente até a metade do século XIX, na qual reuniu pensadores que, de acordo com os escritos bíblicos, acreditavam que a humanidade teria se originado de uma fonte em única. Contraponto a essa ideia, com os crescentes estudos no campo das ciências biológicas, surge o pensamento *poligenista*, que

contestando os dogmas religiosos da Igreja, partem da ideia da diversidade de centros de origem, que desse modo, fundamentaram as diferenças entre as raças (SCHWARCZ, 1993).

Levando-se em consideração o contexto de colonização de novas terras e repartição do mundo, tornou-se evidente o progresso da burguesia europeia. Portanto, era inquestionável o modelo de civilização proposto pelo Ocidente. Com o iminente avanço tecnológico da época, somado a uma “ciência positiva e determinista que se afirmava de maneira cada vez mais prepotente” (SCHWARCZ, 1996, p.82), a burguesia europeia assume uma posição de reafirmação e se torna um modelo ideal de civilização.

Em 1859, Charles Darwin encerra a disputa existente entre monogenistas e poligenistas, com a publicação de “A origem das espécies” e estabelece o conceito de evolução. O estudo foi considerado um marco e reverberou não só na biologia como em outras ciências, conforme discorre Schwarcz (1996, p.82):

A novidade não estava tanto na tese anunciada, como no modo de explicação e na terminologia acessível utilizada pelo naturalista inglês. Dessa maneira, rapidamente expressões como "sobrevivência do mais apto", "adaptação", "luta pela sobrevivência", escapavam do terreno preciso da biologia e ganhavam espaço nas demais ciências. No que se refere às humanidades, a penetração desse tipo de discurso foi não só ligeira como vigorosa. Herbert Spencer, em *Principias de sociologia* (1876), definia que o que valia para a vida servia para o homem e suas produções. O passo seguinte era determinar que, assim como a natureza, a sociedade era regida por leis rígidas e que o progresso humano era único, linear e inquebrantável. Paralelamente, tomava força a escola "evolucionista social", que marcava, nesse contexto, os primórdios e o nascimento de uma disciplina chamada Antropologia. Representada por teóricos como Morgan (1877), Frazer e Tylor essa escola concebia o desenvolvimento humano a partir de etapas fixas e pré-determinadas, e vinculava de maneira mecânica elementos culturais, tecnológicos e sociais.

O “evolucionismo social” argumentava a favor do desenvolvimento das sociedades humanas. Para os teóricos favoráveis a essa ideia, as sociedades evoluíram ao longo do tempo, e tendo a tecnologia como principal aspecto de análise e comparação, a sociedade estaria dividida em estamentos que transitavam da selvageria para barbárie e desta para civilização.

Neste cenário, a corrente dos estudos *poligenistas* retoma os estudos de Darwin. Porém, focalizando a antiguidade nos estudos a partir de uma realidade ontológica. Partindo da máxima afirmativa do caráter essencial das raças, teóricos conhecidos como “darwinistas sociais” qualificaram a diferença como objeto de estudo, e para eles a humanidade estaria dividida como uma espécie de pirâmide social onde no topo estariam os homens brancos e nas

bases os africanos e indígenas. Diferente de Darwin, essa teoria acreditava que a humanidade não havia partido de uma só origem, eles acreditavam que as raças eram diversificadas e por isso poderiam surgir em vários lugares do mundo (SCHWARCZ, 1993). Teóricos como Gobineau (1853) e Nina Rodrigues (2008) defendiam a raça como fenômenos finais, inalteráveis. Para eles, o cruzamento, a mistura de raças, levaria à degeneração, desse modo, o fruto desse cruzamento estaria passível a estigmas – sociais e biológicos.

Essas teorias raciais implicaram em um “ideal político”, acerca da submissão e eliminação daquele com raça considerada inferior. Para Schwarcz (1996, p. 85), esse entendimento acerca de raça, converteu “em uma espécie de prática avançada do darwinismo social”:

a eugenia, cuja meta era intervir na reprodução das populações. O termo "eugenia"- *eu*: boa; *genus*: geração -, criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton, lidava com a ideia de que a capacidade humana estava exclusivamente ligada à hereditariedade e pouco devia à educação. Dessa maneira, tomava força um tipo de modelo que, abrindo mão do indivíduo, centrava-se apenas no grupo e em suas potencialidades.

Nesse contexto, a eugenia se configurou como uma política social, a sociedade europeia da época criou uma série de políticas que estimulariam as relações afetivas entre os brancos. Paralelo a este fato, a prática da eugenia produziu a “teoria do branqueamento”. E no fim do século XIX, o estudo sobre evolução que antes parecia acabar com as diferenças ofereceu suporte para teorias opostas: os adeptos ao evolucionismo social defendiam a existência de hierarquias sociais, mas acreditam em uma unidade fundamental; já, os darwinistas sociais entendiam as distinções de raça como uma questão fundamental e olhavam para miscigenação de maneira pessimista.

1.2. O futuro é mestiço? Mestiçagem como meio e o branqueamento como fim

Com a suposta descoberta do Brasil pelos portugueses em 1500, iniciou-se simultaneamente a exploração da nova terra o “aparecimento da raça negra fertilizando o solo brasileiro com lágrimas, sangue, suor e o martírio da escravidão” (NASCIMENTO, 1978, p. 48). Em 1530, os africanos trazidos exerciam seu papel de “força de trabalho” e meia década após, o comércio de escravos no Brasil já estava organizado e regulamentado (NASCIMENTO, 1978, p. 48). O papel social empregado ao negro significava, na cultura que visava apenas lucro, somente a força de trabalho.

Mais tarde, à medida que o capitalismo emerge nos países europeus e consequentemente nas Américas, a ideia de que o racismo terminaria, amplifica novos debates. Diante dos movimentos de resistência por liberdade dos povos escravizados, bem como da pressão externa, em 1888, o Brasil aboliu a escravidão, principal dispositivo de opressão dos negros. Neste cenário, a questão racial no Brasil se estabelece como centro do debate: a maior parte da população brasileira, era composta em sua maioria por ex-escravizados, negros e mestiços. Em 1889, a nova legislação, em tese, universalizou o direito à cidadania. Deste ponto de vista, cidadãos negros passariam a ser reconhecidos como “beneficiários” dos direitos básicos e, assim, usufruiriam das oportunidades de direitos a educação, moradia, saúde, entre outros (DOMINGUES, 2005).

Diante do processo de transição do regime colonialista para o capitalista, a mão de obra antes escravizada passa a ser representada pela mão de obra livre e assalariada. O que não significou a substituição do negro escravizado pela condição de trabalhador assalariado. Em condição oposta, houve a intensa importação da mão de obra estrangeira, como artifício para substituir a força de trabalho negra. Neste período, o Brasil desenvolveu uma série de políticas que contribuíram para a manutenção da hierarquia racial no país, como o caso das políticas migratórias entre o final do século XIX e começo do século XX.

Em paralelo às transformações sociais ligadas a relação do trabalho, com a chegada das teorias raciais da Europa, que condenavam o futuro de um país mestiço, como o Brasil, as questões de raça, mestiçagem e miscigenação tornaram-se norte de intelectuais que buscavam solucionar esse problema. Até a década de 1930, o pensamento em torno da questão racial advinha da academia, que trazia consigo tradições positivistas, baseadas nos “avanços” científicos propunham a hierarquização da sociedade.

Andrews (2007) aponta que, entre 1880 e 1930, o “branqueamento” foi um dos artifícios centrais para se ter acesso aos direitos. Neste sentido, complementa Monagreda (2017), sendo uma estratégia fundamentada, “o branqueamento refletiu nas políticas migratórias gerando práticas formais de exclusão racial” (MONAGREDA, 2017. p. 375). Que teriam como finalidade “civilizar” a humanidade pela cor da pele (MUNANGA, 1999).

Em 1911, no Congresso Internacional das Raças, em Londres, o cientista João Batista Lacerda apresenta a tese “Sobre os mestiços no Brasil” no qual trazia a questão da miscigenação no país, propondo uma nação que caminharia a partir da inserção de imigrantes europeus para um país de mulatos até tornar-se progressivamente uma nação com fenótipos brancos, assim como europeus. Mais tarde, após a década de 1930, a ideologia do

branqueamento perdurou, ao passo que se constituía na formação do ideário nacional uma visão sobre a mestiçagem, como um elemento positivo (HERRERA, 2010).

A nova perspectiva em torno da mestiçagem, em certa medida, possibilitava confrontar os ideais positivistas dominantes até o momento que, baseados em argumentos raciais, embasavam a condição de elite no poder e omitia as classes menos favorecidas a participação efetiva do governo. Neste contexto, como forma de pensar a modernização e a construção da identidade nacional, a ideia de desenvolvimento passou a se associar à ideia de democracia racial⁷ e a uma ideologia da mestiçagem, pressupondo o apagamento das tensões existentes em torno do conceito de raça. No Brasil, na construção de uma narrativa nacional, o processo de formação do país baseou-se em brasilidade mestiça, amparada no que o sociólogo Gilberto Freyre difundiu como “democracia racial”.

Após a década de 1930, sob o contexto do nacionalismo e dos regimes populistas, “o projeto político” foi “substituído por uma nova retórica que procurava a redefinição das identidades nacionais” (MONAGREDA, 2017, p.376). E assumiria, a partir de então, as heranças africanas e indígenas, mas de maneira folclórica, o que pode ser entendido como branqueamento (MUNANGA, 1999). Durante o século XX, o “mito da democracia racial” ganhou notoriedade no pensamento nacional. Apontando para a lógica de que no Brasil as relações étnico-raciais tornaram-se cordiais diante da figura do mestiço, em comparação a países como África do Sul e Estados Unidos, onde o sistema segregacionista havia ganhado grandes dimensões políticas. Esse fato, estruturalmente, resultou em um processo de negação das diferenças e, por consequência, na inviabilização das desigualdades sociais. (MUNANGA, 1999; MONAGREDA, 2017).

Diante do exposto, o mito da democracia racial se consolidou no imaginário nacional a partir de processos históricos institucionalizados pelo Estado brasileiro:

Nesse sentido, o Estado joga um papel significativo nos processos de produção e reprodução do racismo e também na implementação de políticas racistas, ainda que com refinamentos em distintos momentos históricos (MONAGREDA, 2017, p.373).

Assim, tanto o branqueamento como a mestiçagem e as políticas multiculturalistas foram artifícios que o Estado construiu para produzir o imaginário específico de identidade nacional. Ancorada no mito da democracia racial, a busca por branqueamento, como esforço simbólico de ascensão do mestiço, resultou na desmoralização dos negros e na legitimação

⁷ Neste parâmetro, a mestiçagem não estaria ligada apenas a um “novo tipo racial”, mas sim, a um sentido de “igualdade social”.

das desigualdades raciais (HASENBALG, 1979; MUNANGA, 1999). Neste processo, alicerçada no contexto patriarcal, a mulher negra passa a ser considerada a mediadora entre brancos e negros. Contudo, essa ideologia não destaca o fato de que a miscigenação nasceu principalmente da violência sexual contra a mulher negra (NASCIMENTO, 1978).

Ampliando o debate, acerca da mestiçagem e o projeto de democracia racial no Brasil, as representações dos relacionamentos afetivos inter-raciais no país nos levam a observar que sob este cenário as interpretações científicas variam de acordo com o contexto social. Por exemplo, no século XIX, no ápice do racismo científico, “a interpretação darwinista social” combinada com “a perspectiva evolucionista e monogenista” condenava as relações inter-raciais, diante da miscigenação, vista por muitos como sinônimo de degeneração (SCHWARCZ, 1993).

Laura Moutinho (2001), ao refletir sobre as perspectivas em torno das relações inter-raciais na construção da ideologia de uma nação brasileira multirracial, observou a existência de equívocos, em torno da significância atribuída à miscigenação no Brasil, diante dos dados – do Censo demográfico (1980)⁸ – que mostraram que as uniões inter-raciais (heterocromáticas) são menores do que se constata. Ou seja, os padrões de uniões no Brasil são, na verdade, em sua maioria, endogâmicos, haja vista que cerca de 80% das uniões matrimoniais acontecem com pessoas da mesma cor.

A partir desse contexto, a autora analisa a historiografia social do Brasil no período pós-abolicionista a partir da literatura brasileira, assim: na visão de Nina Rodrigues (1938) e Oliveira Vianna (1938), ela observa como fator definitivo social, a existência de uma hierarquia de raça e gênero. Na outra linha, a visão dos teóricos Paulo Prado (1928), Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936), observa-se a construção de um Brasil de paixões e excessos, constituída, sobretudo pelo desejo e sexo do casal miscigenador: homem branco e a mulher negra/mulata:

A mulher “negra/mulata” se configura com o homem “branco” no par civilizatório e constituidor da própria nacionalidade, exercendo diversos papéis⁹. Como mucama das sinhazinhas aparece como conselheira sentimental, verdadeira orientadora sexual. Como mãe preta, ocupa um lugar de honra na casa-grande, cuja função afetiva de aproximação de dois mundos é destacada em vários trechos. Suas funções genésicas, a domicilidade com

⁸ Ver: RIBEIRO, C. A. C; SILVA, N. D. V. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. **Dados**, 52(1), p. 7-51, 2009.

⁹ “Esse par somente ganha destaque em contraposição com seus opostos complementares: o ‘negro’ escravo e a mulher ‘branca’” (MOUTINHO, 2004, p. 93).

que facilitou a depravação do sinhô-moço, são antes fruto do sistema patriarcal do que um atributo da “raça” (MOUTINHO, 2004, p. 93).

Em resumo, a partir das dinâmicas mobilizadas no imaginário social por intelectuais brasileiros, sobre as uniões afetivas inter-raciais, é possível destacar a ideia que: entre o casal miscigenador (homem branco/ mulher negra), a união, em sua maioria, é não formalizada, e há um reforço de uma estrutura hierárquica que se constrói sobre as relações de gênero e raça. Já na relação entre o homem negro e a mulher branca existe a quebra dessa hierarquia, que coloca visível a relação de classe, já que nesta estrutura o homem negro assumiria o lugar ocupado pelo branco no campo social de dominação (MOUTINHO, 2004).

Na perspectiva de Pierson (1971), no contexto das mudanças sociais e efervescência do campo cultural, do casamento inter-racial, as principais barreiras se atribuem a questão de classe. Contudo, historicamente, a cor, no Brasil, é um princípio classificatório na sociedade. Em função das transações econômicas, a ideologia da democracia racial propôs uma vivência harmoniosa das raças na sociedade, o que resultou em uma sociedade veladamente racista. Dessa forma, essa ideia legitimou a estrutura das desigualdades, mantendo o controle social a grupos específicos (HASENBALG, 1979). Ao tratar sobre mestiçagem no livro “Democracia racial: ideologia e realidade”, Azevedo (1975, p.63), levanta importantes questões em torno dos relacionamentos matrimoniais inter-raciais:

Entre os grupos não-brancos o casamento inter-racial é mais aceito devido à identidade de classe existente entre eles (brancos = ricos, pretos e pardos = pobres); A aceitação do par homem negro/mulher branca é maior devido à regra de matipolaridade, que garante à prole a enculturação nos valores, nas regras de etiqueta e na estrutura de relações da mãe, o que não provoca a “queda” do componente branco do casal e assegura uma ascensão ao componente negro, que passa a se situar num status superior. O homem negro é melhor aceito como par quando tem status superior ao da esposa branca, o que serve para “compensar” a diferença entre os dois. Os casamentos mais aprovados são aqueles que ocorrem entre brancos e mulatos, que são indivíduos de características antropofísicas não muito distantes (AZEVEDO apud BARROS, 2002, p. 24).

Em torno dos relacionamentos afetivos inter-raciais duas questões se estabelecem: a exotificação/erotização e a mobilidade social. A primeira está relacionada nas relações informais caracterizados em sua maioria pelos homens brancos/ mulheres negras; enquanto, a segunda estaria relacionada ao homem negro e a mulher branca em uma relação formal de casamento (MOUTINHO, 2001). No caso desta última, conforme a psiquiatra Neusa Santos Souza (1983), o negro que ascende baseado nesta relação encontra no percurso duas opções:

“tornar-se negro” ou curvar-se ao “desejo de ser branco”; e, para os que assumem a segunda alternativa, o casamento inter-racial transforma-se no meio de contemplação desse desejo (FANON, 2008).

Nesta linha, é válido ressaltar que embora alguns autores apontem que o processo de miscigenação se deu em grande maioria pela preferência afetiva sexual de homens negros por mulheres brancas (PACHECO, 2008), a escolha desses grupos diante da suposta ascensão social que se viria ao se casar com mulheres brancas não os afasta dos estigmas relacionados a cor da pele e raça. Pois ainda assim, serão vistos como inferiores (MOUTINHO, 2001).

Ainda, a se pensar nas hierarquias sociais existentes do Brasil, três conceitos se estabelecem como questões centrais: “raça, classe e gênero” (AGUIAR 2007). Santos (1984) afirma que, em espaços de disputa por poder, o racismo se manifesta com mais propriedade. Assim, quanto mais um negro ascende socialmente, maior será a disputa. Telles (2003) aponta que nas relações matrimoniais inter-raciais é comum que o negro possua status socioeconômico superiores aos brancos. Neste cenário, a aparente desvantagem de posição social inferior, que envolve estigmas existentes sobre a cor da pele é amenizada pela situação financeira. Para o autor, na construção da estrutura da pirâmide racial no Brasil, o homem branco aparece no topo, seguido das mulheres brancas; homens negros e mulheres negras, sendo a base. No entanto, esse entendimento não leva em consideração aspectos como o privilégio da branquitude constituído socialmente, e as implicações nas vidas de mulheres negras e homens negros.

A exemplo, nesse processo, as mulheres negras desempenham um lugar social de subordinação. Segundo Carneiro (2003, p. 50), “as condições históricas nas Américas construíram relações de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular”. E neste contexto de “conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de armação de superioridade do vencedor” (CARNEIRO, 2003. p. 49). Partindo desse panorama, bell hooks (1995) traz uma importante contribuição ao analisar as imbricações de gênero e raça na construção social da mulher negra:

Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como

altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (hooks, 1995, p. 469).

A mesma autora aponta na obra “Vivendo o amor” (2000) que “muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor”. Um reflexo das rejeições sociais e históricas que colocam os corpos negros femininos em diversos campos, seja na representação dos seus corpos, seja no mercado de trabalho, seja nas relações afetivas.

Partindo dessa esfera, na outra ponta, ao considerar os estudos sobre masculinidade negra, como nos lembra Fanon (2008) socialmente o homem negro não é considerado um homem, pois antes ele é negro; desse modo, é isento de sexualidade, mas possuidor “do sexo”, que “no Brasil é descrito por um atributo que emasculava e ao mesmo tempo” que se assemelha a um “animal” se comparado com o homem branco (SOUZA, 2009, p.100). No contexto social brasileiro, o racismo mata todos os dias a população negra, sendo homens negros e jovens, os mais privados¹⁰ no país, baseando-se em dados, o número de homicídios de homens negros no Brasil é em média quatro vezes maior do que o de brancos¹¹. Nesta esfera, observamos que o racismo pode muito bem definir privilégios historicamente constituídos.

Na história das relações étnico-raciais no Brasil, a década de 1930 significou o início de uma retórica de construção identitária do país. Foi na tentativa de criar um novo plano de modernidade para o Brasil que as Ciências Sociais institucionalizaram, a partir da tradição de Chicago – Blumer, Robert Park e Donal Pierson –, a negação da existência do preconceito racial (GUIMARÃES, 2012, p.60). No entanto, até mesmo no âmbito dos estudos das Ciências Sociais, essa negação se configurava em um molde comparativo com as relações étnico raciais dos EUA¹², que possuíam categorias de “raça” e “preconceito racial” que não se aplicavam aqui. Neste cenário, baseado nos entendimentos de Freyre, Pierson, Wagley e Harris, formou-se “uma corrente de pensamento que negava a possibilidade de existir preconceito racial no Brasil” (GUIMARÃES, 2012, p.60). Para essa linha, o preconceito estaria mais relacionado ao de “cor” como reflexo de manifestações individuais e atípicas.

¹⁰ Ver: **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil / Secretária-geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015.

¹¹ Ver: **Violência armada e racismo**: o papel da arma de fogo na desigualdade racial 2ª edição | Instituto Sou da Paz.

¹² A derrota do Sul dos EUA, na Guerra de secessão, culminou em uma série de questões sociais para os negros norte-americanos, segregação por lei, doutrinas separatistas, linchamentos, milícias raciais como a KKK, as proibições dos casamentos inter-raciais e a regra de uma gota de sangue, essa última estando em vigor até 1960.

Andrews (1997) aponta que as críticas à democracia racial se desenvolvem entre 1930 e 1940, entre intelectuais afro-brasileiros e a imprensa negra. Essas críticas se desenvolveram em uma esfera diferente da posta por Freyre, que possuía um discurso hegemônico, entre intelectuais. As pesquisas acerca da questão racial no Brasil começaram a flexibilizar após o interesse de renomados escritores e pesquisadores do *establishment*. Na década de 1950, foram desenvolvidas uma série de projetos de pesquisa sobre as relações raciais no Brasil pela Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (Unesco) como resposta às manifestações recentes de racismo:

Em resposta aos recentes horrores do nazismo e do holocausto, a Unesco adotara, como parte de sua missão institucional, o combate ao racismo em todo o mundo. A democracia racial brasileira parecia oferecer uma alternativa particularmente promissora a tal racismo; num esforço de compreender como o igualitarismo racial havia ocorrido no Brasil e como funcionava na prática, a Divisão de Ciências Sociais da Unesco comissionou equipes de pesquisa nas duas principais cidades do Sudeste industrializado Rio de Janeiro e São Paulo e em várias pequenas cidades de Minas Gerais, e nos estados nordestinos da Bahia e de Pernambuco. Como frequentemente acontece com uma pesquisa, os resultados não foram os esperados. Todas as equipes constataram elevados níveis de desigualdade entre as populações branca e não-branca, além de fortes evidências de atitudes e estereótipos racistas (ANDREWS, 1997, p.100).

Neste movimento, os projetos de pesquisa da Unesco e a criação da Lei Afonso Arinos¹³ (1951) marcaram “o primeiro reconhecimento por autoridades acadêmicas e oficiais, respectivamente, de graves falhas na democracia racial do Brasil” (ANDREWS, 1997, p.101). A partir da década de 1950, autores como Costa Pinto (1953) e Florestan Fernandes (1955) afirmaram que o preconceito racial no Brasil existe e se manifesta “apenas nas camadas mais altas e médias, remanescentes da classe senhorial”. Para Costa Pinto, o preconceito racial se configura como um produto da alienação das relações capitalistas de classe. Já Florestan Fernandes dirá que preconceito existia como “resquício do passado estando os grupos dominantes presos à defesa de privilégios da sociedade escravagista” (GUIMARÃES, 2012, p. 60).

Por volta da década de 1970, não brancos “com mobilidade ascensional começaram a criar as suas próprias organizações e movimentos para combater as barreiras raciais que enfrentavam” e orientam sua atenção para os movimentos de direitos civis do poder negro dos

¹³ A Lei Afonso Arinos, desde a sua criação até meados de 1988, teve apenas três condenações, sendo duas delas suspensas, o que remonta um modesto impacto. A Lei Afonso Arinos (Lei 1390/51 de 3 de julho de 1951) foi proposta por Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) e promulgada por Getúlio Vargas em 3 de julho de 1951, proibindo a discriminação racial no Brasil. Através dela, pela primeira vez contravenções penais foram atribuídas a práticas de atos resultantes de preconceito de raça e cor da pele.

EUA. Nesta época, o Brasil recebe grandes influências estadunidenses pela mídia, a partir do cinema e da música com os bailes de soul (ANDREWS, 1997, p.104). Sob essa esfera, o jornalismo passa a também exercer grande influência.

Conforme apontam Nery e Faleiros (2019), a história do negro no Brasil é marcada por luta e resistência. Em meio a organizações de movimentos de luta por melhores condições, surge também a imprensa negra:

Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi A Pátria, de 1899, tendo como subtítulo *Orgão dos Homens de Cor*. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: O Combate, em 1912; O Menelick, em 1915; O Bandeirante, em 1918; O Alfinete, em 1918; A Liberdade, em 1918; e A Sentinela, em 1920. No município de Campinas, O Baluarte, em 1903, e O Getulino, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o Clarim da Alvorada, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo (DOMINGUES, 2007, p. 104).

Ao longo da história vários veículos de comunicação foram fundados com o foco em tratar de modo crítico as questões da população negra. Além desses podemos destacar “a Raça (1935), em Uberlândia (MG), o União (1918), em Curitiba (PR), O Exemplo (1892), em Porto Alegre (RS), e o Alvorada, em Pelotas (RS)” (DOMINGUES, 2007, p. 105). Esse movimento da imprensa surge principalmente como “reação àquilo que lhes era mais sensível: a condição de vida degradante, e de abandono, à qual foram expostas depois de 1888” (NERY &FALEIROS, 2019, p.32). Mais à frente, em 1976, a jornalista Lena Frias, publica uma matéria¹⁴ no *Jornal do Brasil*, intitulada “BLACK RIO, O ORGULHO IMPORTADO DE SER NEGRO”¹⁵. É nessa publicação que as denominações Black Rio, Black São Paulo e Black Bahia ganham destaque (PEIXOTO, 2016). E novo movimento ressurgiu dando visibilidade a cena cultural antes dominada apenas pela cultura massiva branca.

¹⁴ “Uma cidade de cultura própria desenvolve-se dentro do Rio. Uma cidade que cresce e assume características muito específicas. Cidade que o Rio, de modo geral, desconhece ou ignora. Ou porque o Rio só sabe reconhecer os uniformes e os clichês, as gírias e os modismos da Zona Sul; ou porque prefere ignorar ou minimizar essa cidade absolutamente singular e destacada, classificando-a no arquivo descompromissado do modismo; ou porque considera mais prudente ignorá-la na sua inquietante realidade [...] População que forma uma cidade móvel, cujo centro se desloca permanentemente – ora está em Colégio, onde fica o clube Coleginho, considerado um dos primeiros templos do soul, ora em Irajá, ora em Marechal Hermes ou em Rocha Miranda, ora em Nilópolis ou na Pavuna. [...] Uma cidade cujos habitantes se intitulam a si mesmos de black ou browns; cujo hino é uma canção de James Brown ou uma música dos Blackbirds [...]; cujo lema é I am somebody; cujo modelo é o negro americano, cujos gestos copiam, embora sobre a cópia já se criem originalidades [...]. É o soul power, fenômeno sociológico dos mais instigantes já registrados no país” (FRIAS, 1976)”.

¹⁵ FRIAS, Lena. Black Rio: o orgulho (importado) de ser negro no Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1976, Caderno B, p. 1 e 4–6.

Concomitantemente, outro conjunto de atores, constituído por intelectuais e políticos, se estabelece em um movimento importante de reconhecimento dos problemas raciais no Brasil, isso como reflexo das pesquisas realizadas pela UNESCO, que colocaram em evidência a existência de um problema de cunho racial no país. Nesta linha, o Movimento Negro brasileiro (MNU) assume um papel importante, ao mobilizar a massa, mesmo com as objeções da ditadura militar, neste cenário, o MNU mobilizou multidões em marcha contra o racismo e a violência racial. “A partir do MNU o Movimento Negro como um todo passa a compreender as articulações com os partidos como uma forma relevante para se conquistar políticas públicas para a população negra” (NERY &FALEIROS, 2019, p.38). Em resposta a tais mobilizações, em 20 de novembro de 1995, a 1ª Marcha Zumbi dos Palmares¹⁶ denunciou a ausência de políticas públicas para a população negra. Em 2001, o Brasil participou da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Coletadas de Intolerância, que aconteceu em Durban, África do Sul.

É com a chegada do “Partido dos Trabalhadores ao executivo nacional, nos anos 2000, que bandeiras como a educacional (especificamente sobre a questão racial) entraram na agenda estatal, além da pauta relacionada às comunidades quilombolas” (NERY &FALEIROS, 2019, p.38), a exemplo a criação da Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008, estabeleceu no ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Dando continuidade às propostas do documento “Brasil sem racismo” iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso o presidente Lula, entre 2003 e 2006, reconheceu a ausência de negros no parlamento e entre as suas ações simbólicas nomeou:

[...] Matilde Ribeiro na equipe de transição de governo e de Paulo Paim na 1ª vice-presidência do Senado Federal, as nomeações de Benedita da Silva para pasta de assistência social, de Gilberto Gil para de Cultura, de Marina Silva para a do meio ambiente, além da criação da secretaria de promoção da Igualdade racial com status de ministério sobre a liderança de Matilde Ribeiro, a presença de Muniz Sodré e de representantes da articulação de ONGs de mulheres negras brasileiras no conselho de desenvolvimento econômico e social (CDES) e a indicação de Ministro a Joaquim Benedito Barbosa Gomes para o STF (CARNEIRO, 2015, p. 20).

No período de 2003 a 2016, os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) e Dilma Rousseff (2011 – 2016) foram implementados um conjunto relevante de políticas

¹⁶ Após 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, a Marcha ocorreu em Brasília, e contou com a presença de mais de 30 mil pessoas.

públicas, que buscaram mitigar as desigualdades sociais no Brasil, associadas à classe, raça e gênero:

Para este fim, duas agências extraordinárias, com status ministerial, também foram criadas em 2003: uma para políticas voltadas para mulheres – Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SEPM) – e outra para as de promoção da igualdade racial – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (COSTA, 2019, p.66).

Em diálogo às propostas governamentais contra as desigualdades, foram instituídas também – o “Programa Bolsa Família, as cotas de acesso ao ensino superior e a política de correção do salário-mínimo” (COSTA, 2019, p.66).

Com o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016 assume Michel Temer (2016 – 2018). Contraponto às ações dos governos anteriores, “as perspectivas de correção das desigualdades pioraram substantivamente”:

Além de extinguir agências vinculadas ao combate das disparidades em termos de gênero e raça, o governo Temer buscou reverter, sistematicamente, avanços sociais obtidos nos últimos anos e adotou medidas que estabilizam ou até agravam as desigualdades existentes. Entre essas medidas, constam privatizações e concessões facilitadas a grandes empresas, congelamento dos gastos sociais por vinte anos e cortes orçamentários em setores vitais – como saúde, educação e atendimento a minorias (COSTA, 2019, p.55).

Em suma, o governo de Michel Temer significou um período de desmanche de políticas públicas sociais pensadas antes para mitigar as desmazelas sociais históricas do país. Na mesma linha, Jair Messias Bolsonaro (2018 – 2022) intensifica um discurso moral, que busca invisibilizar questões referentes à raça e gênero:

O bolsonarismo soube captar essa demanda por valores tradicionais e esses sentimentos reativos, catapultando os ressentimentos de uma masculinidade perdida e impotente frente ao seu novo papel social, de um racismo eivado de privilégios, de uma homofobia assustada e reprimida, buscando restaurar uma ordem falocêntrica, patriarcal e racista, dialogando com uma base social em grande parte de militares, policiais e ex-policiais, e milícias – essas “filhas bastardas da ditadura (RODRIGUEZ, 2015, p. 378).

Em novembro de 2020, por exemplo, durante a Cúpula do G20, Bolsonaro, em seu discurso, buscou reapropriar o Mito da democracia racial (KYRILLOS & SIMIONI, 2022, p.1880):

Somos um povo miscigenado [...] foi a essência desse povo que conquistou a simpatia do mundo. Contudo, há quem queira destruí-la, e colocar em seu lugar o conflito, o ressentimento, o ódio e a divisão entre raças, sempre mascarados de ‘luta por igualdade’ ou ‘justiça social’. Tudo em busca de poder. Não somos perfeitos. Temos, sim, os nossos problemas. Existem

diversos interesses para que se criem tensões entre nós. Um povo unido é um povo soberano. Dividido é vulnerável. E um povo vulnerável pode ser mais facilmente controlado e subjugado. Nossa liberdade é inegociável. Como homem e como Presidente, enxergo todos com as mesmas cores: verde e amarelo! Não existe uma cor de pele melhor do que as outras. O que existem (sic) são homens bons e homens maus; e são as nossas escolhas e valores que determinarão qual dos dois nós seremos. Aqueles que instigam o povo à discórdia, fabricando e promovendo conflitos, atentam não somente contra a nação, mas contra nossa própria história (BOLSONARO, 2020).

Em suma, o governo Bolsonaro, demonstrou sua aversão aos movimentos sociais de cunho racial, e a sua busca incessante por “perpetuar a branquitude” (KYRILLOS & SIMIONI, 2022, p.1887). Em diálogo a essa política, os anos 2019 a 2022 foram marcados por incerteza de ordem econômicas que refletem em políticas públicas, sobretudo na educação, com o fortalecimento de ideias como as do Movimento “Escola sem Partido”, e o avanço de discussões sobre privatização das Universidades Federais, como o “Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se”, que surge em um cenário de uma profunda crise orçamentária dos repasses do Estado às Universidades.

Em vista disso, observamos que ao longo da história do Brasil, as questões raciais estiveram presentes na economia, na política, na cultura. Após a abolição da escravatura em 1888, o país passou por incessantes transformações sociais que, buscando construir uma visão externa positiva frente ao episódio da escravidão, culminaram na construção do mito da democracia racial. Frente à corrida pelo progresso e o anseio por construir a imagem de um Brasil moderno, a miscigenação se tornou um álibi mais que perfeito para construção da imagem de um país homogêneo. A partir disso, adentramos brevemente nos movimentos de busca por direitos da população negra e na importância da imprensa negra frente à construção de uma memória coletiva sobre as questões que tangem a construção das relações étnico-raciais no Brasil.

No capítulo que segue, buscaremos compreender as nuances do jornalismo de revista, suas especificidades, e a tematização como suporte para pensarmos como a pauta do relacionamento inter-racial é construída pela revista *Manchete* ao longo do tempo, observando em paralelo os aspectos postos no capítulo presente, que envolve a construção de um pensamento social em que predomina a união inter-racial como sinônimo de democracia, e atribui à mestiçagem o sentimento de progresso e, por assim dizer, o apagamento da identidade negra no Brasil. Posteriormente, como já exposto, analisaremos as matérias veiculadas na revista *Manchete*.

CAPÍTULO 02 – Tramas (in)visíveis: sentidos construídos no jornalismo de revista

“Não é à toa que os leitores gostam de andar abraçados às suas revistas – ou andar com elas à mostra – para que todos vejam que eles pertencem a este ou àquele grupo. Por isso, não se pode nunca esquecer: quem define o que é uma revista, antes de tudo é o leitor”.

(Marília Scalzo)

Pensar sobre como o jornalismo de revista se constrói socialmente coloca em evidência a intimidade que ele possui com o leitor. Diferente dos jornais, que ocupam o espaço público, do cidadão, “[...] a revista entra no espaço privado, na intimidade, na casa dos leitores” (SCALZO, 2004, p.14), reafirmando a identidade de certos grupos que buscam interesses específicos (carros, casas, bebês, beleza, decoração etc.), “funcionando muitas vezes como uma espécie de carteirinha de acesso a eles” (SCALZO, 2004, p.50). Esses diferentes segmentos de revista sugerem um papel importante na formação de opinião, gosto e comportamento (AUGUSTI, 2005; BENETTI, 2013; SCALZO, 2004).

Recuperando Scalzo (2004, p. 11-12) na tentativa de responder à pergunta “o que uma revista?”, partimos da concepção que conceitua a revista:

um veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento. Nenhuma das definições acima está errada, mas também nenhuma delas abrange completamente o universo que envolve uma revista e seus leitores. A propósito: o editor espanhol Juan Caño define “revista” como uma história de amor com o leitor. Como toda relação, essa também é feita de confiança, credibilidade, expectativas, idealizações, erros, pedidos de desculpas, acertos, elogios, brigas, reconciliações (SCALZO, 2004, p. 11-12).

A revista desempenha o papel de informar e entreter, mas antes de tudo, pensando produtos massivos e de grande circulação, ela é um produto jornalístico. Nessa esfera, o jornalismo pretende-se tradução, “é a vida, tal como é contada nas notícias de nascimento, e de mortes [...] É a vida em todas as dimensões” (TRAQUINA, 2005, p. 19). Que podem ser acompanhadas em jornais, em diferentes sessões (sociedade, economia, meio ambiente, educação, cultura, arte, livros, televisão etc.) Para Traquina (2005), a partir de revisões em livros e manuais jornalísticos, as notícias se definem “em última análise como tudo o que é

importante/ou interessante”, incluindo “a vida, o mundo e o *outer limits*” (TRAQUINA, 2005, p. 19).

Nesse campo, encontra-se o jornalismo de revista, que se situa entre o viés da educação e do entretenimento (SCALZO, 2004, p.13). Benetti (2013), na tentativa de responder o que é o jornalismo de revista, aponta diversas pistas acerca do que seria essa prática, que é permeada por linguagens, discursos e sentidos. Para a autora, se por um lado o jornalismo pode ser compreendido como um campo de conhecimento, a revista pode ser entendida também por sua materialidade, que é norteadada por “um tipo bastante específico de discurso que constrói sentidos sobre o mundo de forma lenta, reiterada, fragmentada e emocional”. Por assim dizer, Benetti, propõe conceituar, o jornalismo de revista, como:

um discurso e um modo de conhecimento que: é segmentado por público e por interesse; é periódico; é durável é colecionável; tem características materiais e gráficas distintas dos demais impressos; exige uma marcante identidade visual; permite diferentes estilos de texto; recorre fortemente à sinestésias; estabelece uma relação direta com leitor; trata de um leque amplo de temáticas e privilegia os temas de longa duração, está subordinado a interesses econômicos, institucionais e editoriais; institui uma ordem hermenêutica do mundo; estabelece o que julga ser contemporâneo e adequado; indica modos de vivenciar o presente; define parâmetros de normalidade e de desvio; contribui para formar a opinião e o gosto; trabalha com uma ontologia das emoções (BENETTI, 2013, p. 55).

Se comparada a outros veículos de comunicação, dispostos a informar, a revista possui uma série de especificidades. A exemplo disso, se postas lado a lado com os jornais diários, as revistas, diante das práticas jornalísticas, tais como, pautar, apurar, redigir e editar, somada a periodicidade – que varia, em grande parte dos casos, entre semanal, quinzenal e mensal –, “cobrem funções culturais mais complexas que a simples transmissão de notícias. Elas “entretêm, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura” (SCALZO, 2004, p.13).

Para além disso, Tavares (2012), ao falar sobre as especificidades da revista, aponta que:

[...] historicamente, a revista consolidou-se como um produto jornalístico cuja identidade foi elaborada não só no diálogo e concorrência com os outros meios, principalmente impressos, mas também no amadurecimento de um patrimônio de processos editoriais ligados a aspectos jornalísticos e também a outros institucionais e sociais. Tanto na abordagem de acontecimentos quanto na “tradução” de temáticas da vida social, a revista segmentou-se e passou a ser desenvolvida por grandes empresas e corporações, trazendo para a sua elaboração editorial um complexo fazer (TAVARES, 2012, p.04-05).

Os diferentes tipos de revistas focada em seus leitores sugerem a importância que o meio possui em influenciar o comportamento. Ali (2009) afirma que as revistas são capazes de ampliar o conhecimento, ajudando na reflexão sobre nós, e por consequência nos fornece referências para “formarmos nossa opinião” (ALI, 2009, p.18). Com o foco em interpretar os acontecimentos, encontramos nas revistas temáticas que variam de política a comportamento. Por assim dizer, o jornalismo ali presente torna-se menos focado em informações factuais e volta-se a um conteúdo utilitário, feito para ajudar o consumidor a interpretar o que acontece no seu cotidiano. No contexto de segmentação de revistas, as semanais procuram tratar dos acontecimentos mais importantes da semana, abrangendo os fatos políticos, econômicos, internacionais, científicos e culturais (BENETTI, 2013; SCHWAAB, TAVARES, 2009). O enfoque dados a esses temas aprofundam o acontecimento, indo além do “simples” noticiar.

De certo, conceituar “o que vem a ser o jornalismo de revista” não parece uma tarefa fácil. Afinal, suas particularidades vão desde as práticas jornalísticas à concepção do produto complexificando a produção de um conceito linear. Desse modo, situamos então o jornalismo de revista sendo “complexo, diversificado e especializado [...] engendra olhares e percepções sobre o mundo, sobre si e sobre o outro” (TAVARES, 2012, p.55). Esses parâmetros, portanto, revestem a revista de poder.

2.1. Uma notícia, vários jeitos de contar: o tema como construtor de sentidos

Presente em toda produção jornalística, o tema é um elemento capaz de operar sentidos no jornalismo de revista, segundo Schwaab e Tavares (2009). Como apontam os autores, ele influencia o fazer jornalístico. No jornalismo de *hard news*, por exemplo, o tema configura-se como elemento não extraordinário, por “concorrer” com o acontecimento. Em contrapartida, no jornalismo cotidiano, sua presença é mais visível na reportagem, por sua “produção e visibilidade” e nas chamadas “matérias-fria” ou “de gaveta”, por sua menor “relevância na cobertura diária” (p.181).

Partindo da noção que as reportagens compõem a maior parte do conteúdo de uma revista, buscamos compreender o papel do tema nesse tipo de jornalismo. Segundo Scalzo (2004), as revistas, pertencentes à cultura do impresso, por suas características, são capazes de explicar, confirmar e aprofundar uma história, o que varia de acordo com sua periodicidade, de modo geral as revistas possuem mais tempo de aprofundamento na história, sendo assim, “cobrem funções culturais mais complexas que a simples transmissão de notícias”, a

Revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos. Possui menos informação no sentido clássico (as "notícias quentes") e mais informação pessoal (aquela que vai ajudar o leitor em seu cotidiano, em sua vida prática) (SCALZO, 2004, p. 14).

Trazendo o tema para uma análise teórico-conceitual, Schwaab e Tavares (2009) partem inicialmente das Teorias do jornalismo, onde encontram uma hibridização do termo, e dizem que entre o “tema” e o “tematizar” promove-se uma “tematização”. Esta se encontra diretamente associada ao modo como o público “deve pensar”, a partir dos agendamentos produzidos pelos produtos jornalísticos (SCHWAAB; TAVARES, 2009, p. 183). O tema, nessa perspectiva, associa-se com o “assunto” que se inserem em uma lógica de circulação dos produtos midiáticos. Referenciando Traquina (1995), essa lógica aponta para os meios o “dever” de “pautar assuntos na sociedade, colocando certas questões na ordem do dia” (SCHWAAB; TAVARES, 2009, p. 183).

Amplificando os escopos, os autores partem mais especificamente para Teoria da Tematização que, a partir de (SOUSA, 2002), discute “a ideia de opinião pública (e de público)”, a última como uma seleção guiada de temas que tem como foco “atender ou solucionar” interesses diversos de grupos sociais, tendo como plano de fundo o papel dos medias, nas questões de interesse público. Neste sentido, Schwaab e Tavares (2009), a partir de revisões realizadas sobre as teorias de agendamentos (SOUSA, 2002) e em diálogo com a Teoria da Tematização, abordam uma nova vertente que distancia da ideia de apropriação do tema pela mídia por meio da pauta, e passam a observá-la como *geradora de sentidos*,

menos que determinar sobre o que pensar, os meios de comunicação são vistos como aqueles que ofertam sentidos sobre alguma questão, participando de um circuito no qual o público também é visto como agente produtor de significados. Assim, os sentidos veiculados pela mídia, apesar de escaparem do seu controle, reforçam a capacidade que certas temáticas têm de operar processos de circulação significativa na relação mídia e sociedade (SCHWAAB; TAVARES, 2009, p. 183).

Mobilizando o conceito de *tema gerador*, proposto por Paulo Freire (1987), os autores relembram que o teórico da educação aborda o distanciando dos conteúdos “progrmáticos” das classes dominantes propondo a valorização da temática significativa das classes populares. A educação passaria, portanto, a ser referenciada pelo viés transformador, assim ao invés de se trazer temas engessados, a proposta seria desdobrá-los em subtemas, que façam parte da realidade social do coletivo. Pensando tema gerador em sua concretude, referencia-se uma visão geral que adentra em particularidades, capaz de “dar origem a novos temas” (SCHWAAB; TAVARES, 2009; CORAZZA, 1992).

Sob essa perspectiva, embora o tema gerador proposto por Freire não tenha ligação direta com o tema nas práticas jornalísticas, associá-lo ao jornalismo de revista, partindo da ótica de SCALZO (2004), que aponta o viés educativo das revistas em relação ao seu público, permite ao tema ser visto para além das lógicas produtivas de consumo, como elemento “aglutinador” de aspectos culturais, e por consequência, sociais, conforme Schwaab e Tavares:

No jornalismo de revista, os temas podem ser vistos não apenas como conteúdos determinados por certas rotinas produtivas e de consumo, mas também como elementos de processos de extração midiática onde aspectos culturais e campos sociais se entrecruzam. Ao falar para um certo público e com ele criar uma certa “relação”, a revista tenta “esgotar” uma temática e “tratar” a realidade de outra forma. Algo que no contexto do jornalismo traz implicações discursivas e editoriais, e sugere um fazer jornalístico complexo, que possui operações próprias. Ao falar para um certo público e com ele criar uma certa “relação”, a revista tenta “esgotar” uma temática e “tratar” a realidade de outra forma. Algo que no contexto do jornalismo traz implicações discursivas e editoriais, e sugere um fazer jornalístico complexo, que possui operações próprias (SCHWAAB; TAVARES, 2009, p. 184).

De modo geral, o tema é um elemento que se delinea, em grande parte dos casos a partir dos acontecimentos, tendo em vista que em uma revista, a escolha de uma boa pauta é imprescindível. Sob esse enfoque, no jornalismo de revista, outras lógicas determinam a escolha do tema, uma delas é a periodicidade. No caso das revistas com periodicidade mais longa, por exemplo, torna-se necessário buscar “novos enfoques para os assuntos de que se pretende tratar” tendo como foco sempre uma maneira original para abordar (SCALZO, 2004, p.65). Nesta linha, tendo em vista que as revistas estabelecem uma relação íntima com seu leitor, torna-se necessário que se crie um modo de se noticiar, “sob um enfoque que ninguém ainda deu, complementada, analisada, interpretada e bem fotografada” (SCALZO, 2004, p.65).

2.2. A presença do negro na *Manchete*

No jornalismo, duas noções são empregadas para designar sua principal atribuição do processo de “cobertura e vigilância regular sobre os acontecimentos do mundo” (TAVARES, 2009): são elas atualidade e periodicidade. A exemplo, no jornalismo diário e semanal, as notícias ganham ênfase, se levarmos em conta sua “dinâmica espaço-temporal que envolve” também “a sua produção” (TAVARES, 2009, p. 87), que se encontra diretamente associada às características do veículo e o modo como assunto é tratado por ele. Neste cenário, as algumas

revistas, ao tratarem sobre comportamento e focalizar temáticas e nichos de mercado para sua atuação, tentam “[...] abarcar certos padrões culturais que permeiam a sociedade [...] mapeiam aspectos de temporalidades e espacialidades sociais que correspondem não a questões propriamente factuais, mas a uma conjuntura” (TAVARES, 2009, p. 89).

Neste contexto, a se pensar na democracia racial como uma artifício utilizado, historicamente, para consolidar a imagem do Brasil como um país livre de tensões raciais e divulgado amplamente pelo Estado no período crescimento econômico, na Era Vargas (MAIO, 1998) o contexto social do Brasil se fundamentou em torno de discurso que se nega e até mesmo ameniza a discriminação racial. E sob o processo de construção de uma identidade nacional, evidenciado pela mestiçagem e de uma maior aceitação do branqueamento da população, conforme propõe Munanga (1999).

Nesse sentido, a mídia, em grande medida, reforçou e ajudou a construir essa imagem do país. Tavares e Schwaab (2013), ao refletirem a partir das noções de mídia e comunicação sobre o jornalismo de revista e sua presença no âmbito social, apontam a existência de uma trama invisível que perpassa práticas e especificidades fundamentais de sua constituição, que envolve “sujeitos produtores e receptores em um movimento de intensa coafetação”. Nesta perspectiva, a partir de narrativas e traduções sobre certos acontecimentos, o jornalismo possui um papel essencial no processo de construção do conhecimento e ideal cultural, uma vez que ele é atravessado por relações de poder.

Manchete, como produto editorial, se firmou como uma revista de entretenimento e fatos diversos, entender como a questão racial em sentido amplo é documentada pela revista ao longo de cinco décadas, torna-se um movimento importante para compreendermos o contexto editorial que a pauta do relacionamento inter-racial se insere. Nesse sentido sendo as capas de revistas um recorte do que a edição traz de mais especial, se propõe aqui, realizar uma breve síntese do tema diante do levantamento documental realizado na pesquisa de iniciação científica *Edições especiais de revista como diferenciação no tempo: a duração como objeto para apreensão de lógicas editoriais*.

Convém contextualizar que a revista *Manchete* ao longo de 55 anos produziu 2.537 periódicos até sua última edição em fevereiro de 2007. Ainda, em seus primeiros anos, a revista *Manchete*, diante a visão modernizadora de seu fundador Adolpho Block passa por alguns desafios. Logo na edição de nº, em maio de 1952, o periódico trazia consigo uma reportagem sobre a dança africana na França, considerado uma afronta aos bons costumes, o

periódico foi proibido de circular em Minas Gerais e outros Estados¹⁷. A primeira aparição de um negro na capa da revista *Manchete* ocorre em 1952 na edição de nº 21 e traz como título “O cinema brasileiro na mesa de operações” a reportagem de capa traz o compositor e ator Cesar Cruz, em “Agulha no palheiro”. Na sequência, em 1953, edição de nº 56, pela primeira vez a *Manchete* traz na capa uma matéria com uma pessoa negra no qual o foco é seu trabalho. Com três páginas, a matéria traz “Ruth de Souza, uma estrela negra” e conta sobre sua vivência no Teatro Experimental negro em São Paulo, essa reportagem aborda aspectos de discriminação racial, sofrida pela atriz.

Entre outros números circulados, em 1964 e 1965, a revista traz sete capas com a Vera Lúcia, destaque na época por ser a primeira negra a vencer um concurso de beleza no Brasil. No ano de 1966, edição 763, a revista traz a matéria em cores “A ascensão do negro no Brasil” e a matéria que leva a foto principal da capa com o título “os mais belos bebês de 1966”, em uma breve descrição, a foto traz dois bebês: em pé, um branco de olhos azuis com feições sorridentes carregando consigo uma pequena faixa e um mini troféu e no seu lado direito está sentado um bebê negro que chora. De modo a analisar as imagens, a foto carrega um comparativo que atribui ainda na infância a beleza a criança branca que carrega traços europeus.

De 1974 a 1993, a revista, em 18 edições, traz negros em suas capas para ilustrar o carnaval. Em 1988, na edição de nº 1883 traz a edição histórica com a efeméride do 13 de maio, com a matéria intitulada “Os 100 anos da abolição: O Brasil negro de hoje”. Entre idas e vindas, a *Manchete* trouxe a foto de Pelé estampada em vários momentos, com a primeira aparição em 1961 e a última em 1989, sendo um dos homens negros que mais ocupou a capa da revista, em toda sua história, uma curiosidade, nesse contexto é a constante aparição do jogador de futebol em muitas dessas capas acompanhadas a mulheres brancas, em sua grande maioria, loiras. Ao todo, entre sua primeira edição em 1952 e sua última edição em 2007, os negros estiveram presentes em 131 capas, configurando uma narrativa de apagamento do negro na mídia.

No capítulo que segue, buscaremos compreender os sentidos e os agendamentos da *Manchete* frente à questão racial.

¹⁷ Ver: SIQUEIRA, Carla; MURILO, Tatiana. **Manchete**. Verbete da base de dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

CAPÍTULO 03 – “Aconteceu, virou *Manchete*”: o amor em preto e branco

Essa monografia busca perceber como a revista semanal *Manchete* delimita sentidos, e constrói a partir deles representações que corroboram para consolidação de um imaginário coletivo acerca das relações étnico-raciais no Brasil. Partiu-se do conceito de raça como uma categoria que se encontra amparada na história da sociedade e por consequência, produzida socialmente. Na mesma linha, observou-se o jornalismo como campo de construção de sentidos, constituído por linguagens, imagens e discursos (HALL, 1997), que através de sistemas de representação, demarcados pelo código cultural, operam na construção do que entendemos como raça.

Buscamos observar cronologicamente, nas páginas da revista *Manchete*, as articulações sobre raça e como elas se constroem, configuram e se reconfiguram com o passar do tempo a partir das relações inter-raciais pautadas em reportagens. Algumas reflexões do campo da Comunicação e das relações étnico-raciais, realizados por Muniz Sodré (2019) e Rosane Borges (2012) que indicam o fato da invisibilidade do negro e da pauta racial na mídia. Dito isso, observa-se que na *Manchete* a questão racial não é algo novo. Embora seja modesto o espaço da revista acerca da questão racial, analisar como a revista movimentou sentidos e representações sobre os relacionamentos inter-raciais é, em grande medida, traçar e compreender os diálogos que se constroem acerca das relações étnico raciais no Brasil.

3.1. Entre o concubinato e o casamento legal: “Existe complexo racial no Brasil?”

Em quatro de agosto de 1962, a revista *Manchete* veiculou, na edição de N° 537, sua primeira reportagem que trouxe como tema central o relacionamento afetivo inter-racial. Com o foco em discutir o baixo índice de casamentos legais nas uniões racialmente mistas, no Brasil, a reportagem se propõe a responder a partir da visão de casais inter-raciais, a questão: “Existe, ou não, complexo racial no Brasil?”.

Num país como o nosso, onde se nega a existência dos preconceito racial e onde a miscigenação é flagrante, tem sido mínimo o número de casamentos entre brancos e pretos. Há – é verdade – milhares de casais assim constituídos. Mas, segundo as últimas estatísticas, sua união não está regularizada perante a lei. Qual a razão desse fenômeno? Existe, ou não, complexo racial no Brasil? Só pode opinar sobre o problema quem sente na própria pele. Rodolfo L. conheceu sua namorada, Maria, no Arpoador. “Na praia”, conta êle, “sempre há uma certa sem-cerimônia. Entretanto, mais tarde nas sorveterias e nos cinemas tudo ficou difícil. Muitos amigos fingiram não me ver. Agora, sou obrigado a admitir que um imenso abismo torna impossível o meu casamento com Maria.” A maioria dos casais que conseguiram transpor esse abismo, inexplicavelmente não estendeu sua caminhada até a mesa do juiz de paz. Há outros, entretanto, que ignoraram as pressões do meio ambiente levaram o seu amor até o casamento (BÔSCOLE, 1962, p.90).

Ocupando quatro páginas da revista, a reportagem de Ronaldo Bôscoli com fotografias de Hélio Santos, logo na abertura, aciona questões socialmente construídas ao longo da história das relações étnicas raciais no Brasil, a partir da fala do primeiro entrevistado, o ator brasileiro, conhecido como Chocolate, no momento, casado com uma mulher de nacionalidade russa. O ator afirma que “se o branco que não gosta de pretos deve ser reprovado, merece muito mais críticas o preto que detesta brancos” (BÔSCOLE, 1962, p.92). Enquanto na reportagem, o ator é descrito por sua cor e seu bom humor, a esposa é descrita como bela. Chocolate afirma que “o bonito é bonito para todo mundo” (p. 92), distanciando-se do fato que o gosto é construído socialmente e que, neste contexto, a mídia desempenhou um importante papel. Neste aspecto, Chocolate, ao construir uma narrativa em que coloca o negro como inferior, diz “é claro que ela não pode ver aqui no ‘papai’ um Marlon Brando, mas nem todas as mulheres precisam de galãs...” (p. 92). O ator citado foi um dos galãs da “era de ouro” do cinema, símbolo perfeito do padrão imaginado como belo.

Essa primeira entrevista nos leva a crer que, sendo as relações inter-raciais atravessadas por um contexto de colonização e dominação sistêmica por europeus, sobre a população afro diaspórica no Brasil, “o status de raça, manipulado pelos brancos, impede que o negro tome consciência do logro que no Brasil chamam de democracia racial e de cor” (NASCIMENTO, 1968, p. 22). E, nesse aspecto, observamos que há na primeira fala de Chocolate uma construção associativa a falácia da democracia racial, onde o negro é posto veladamente em detrimento ao branco.

Do outro lado, a reportagem apresenta Eugênio Hirsch, um publicitário que “encara a situação com amargura” (BÔSCOLE, 1962, p.93). Casado há um ano e meio, com uma “deusa negra” aponta ter passado por dificuldades no início da relação, e complementa que a existência do racismo no país se apresenta sendo “não de raça, mas de côr”. Retomando o pensamento de Blummer, a partir de Freyre, Pierson, Wagley e Harris, o entendimento de Eugênio Hirsch, um homem branco, casado com uma negra, remonta indiretamente a corrente desses teóricos que nas décadas de 1940 e 1950 apontam que o preconceito racial no Brasil se caracterizava pela questão de cor, baseado no “etnocentrismo europeu da simbologia das cores, ainda que modificado pela caracterização racista do século XIX” (GUIMARÃES, 2012, p. 60). Essa questão no plano simbólico reflete o pensamento de que no Brasil a democracia racial poderia ainda existir.



Figura 05: “Na praia do arpoador começam e acabam muitos romances entre brancos e pretos” |
Manchete, 1962, nº 537

Fonte: Reprodução da autora

Em seguida, a matéria apresenta Dirce Migliaccio (BÔSCOLE, 1962, p. 93), atriz de teatro e cinema que se relaciona há oito anos com Lio, homem negro, de quem ela conta ter descoberto sua cor através de uma fotografia, em uma viagem a São Paulo: “Só então [...] olhando para uma fotografia que levava comigo, percebi que o Lio era escuro. Saímos juntos

durante trinta dias e eu não conseguirá ‘vê-lo’ prêto...”. A atriz afirma que o país é “cheio de preconceitos e o da côr da pele é o mais evidente”. Para ela, “esse complexo se processa de forma curiosa”:

Quando a gente namora alguém de côr, muitas pessoas aceitam, o fato sem restrições. Outros, encaram-no com certa reserva. Mas há também, os que acreditam que “aquela loucura passará”. Êste grupo, infelizmente, é o mais numeroso (BÔSCOLE, 1962, p.94)



Figura 6: “Dirce e Lio” | *Manchete* 1962, nº 537
Fonte: Reprodução da autora

A justificativa de Dirce Migliaccio frente à questão racial do Brasil se processa na mesma linha de Eugênio, ao tratar a questão do preconceito sendo apenas uma questão de côr da pele. Sob esse entendimento, Munanga (1999), ao analisar a identidade nacional, evidenciando o contexto de mestiçagem e aceitação do branqueamento, aponta que ao mulato foi destinado um lugar “especial” na sociedade, ele se tornou racialmente mais aceito, para uma parcela da população, que ainda sob os moldes das teorias raciais de branqueamento,

entendia como uma atribuição positiva. No entanto, observa-se também que para outra parcela, mesmo Lio sendo “mestiço” negro de pele clara, ou ainda pardo, seu lado negro era totalmente visível para muitos.

No final, a reportagem afirma que “nem todos os casais mistos se comportam com a mesma naturalidade de Dirce e Lio” e apresenta o último casal, um jovem negro e uma moça loura, ambos recusando-se “terminantemente” a posar para fotografia (BÔSCOLE, 1962, p.93). A moça afirmou que embora o ame, diz ter certo “receio de aparecer em uma revista” ao lado do marido negro. A matéria conta que o casal revelou que completaram dois anos de casamento, e que, durante esse período, houve uma briga familiar, na qual o irmão da moça o chamou de negro e ele não gostou e a julgou culpada, pelo “incidente” (BÔSCOLE, 1962, p.93). Mais tarde, a reportagem nomeia o casal como “João e Maria”, para simbolizar o “preconceito de cor ou racial que, apesar das leis repressivas, ainda parece existir no Brasil” (BÔSCOLE, 1962, p.93). Esse casal, para além de simbolizar “o preconceito racial ou de cor”, demonstra como essas relações ocorrem no viés valorativo da raça, a história contada sobre a desavença familiar, remonta a Fanon (2008), ao falar da intensa busca de reconhecimento pelo negro; nesse caso, o homem negro busca reciprocidade do afeto dado a moça, que não o enxerga como digno desse amor.

Em destaque a matéria declara: “No Brasil, há uma lei que pune a segregação racial. No entanto, é insignificante o número de casamentos legais entre brancos e prêtos.” (BÔSCOLE, 1962, p.93). A Lei Afonso Arinos (1951), para a época, significou um avanço simbólico, frente às falhas da democracia racial no Brasil. Entre 1954, ano de implementação da Lei, e 1988, criação da nova Constituição e revisão dos dispositivos antidiscriminação, houve três condenações pela Lei, sendo duas delas sentenças suspensas, fato que denuncia o baixo impacto frente a discriminação racial no Brasil (ANDREWS, 1997).

3.2. A união inter-racial como forma de igualdade?

Nove anos mais tarde, *Manchete* publicava em quatro de setembro de 1971, na edição de nº 1011, a segunda matéria que possuía como tema central os relacionamentos afetivos inter-raciais. Enquanto a matéria de 1962 trazia como abordagem o baixo índice de casamentos legais entre casais mistos, em 1971, *Manchete* trazia como abordagem a maior frequência de uniões afetivas inter-raciais e coloca em debate: “Até que ponto a sociedade

brasileira está aberta, para permitir que negros não só acendam na escala econômica e social, como também se casem com brancos?” (CAVALCANTE, 1971, p.69).

Nesse enfoque, a matéria propõe discutir a união de homens negros com mulheres brancas, no Brasil, um lugar em que não “há uma consciência geral de uma sociedade branca (o que significa que o preconceito de cor é mínimo ou toma outras formas)” (CAVALCANTE, 1971, p.69).

Você deixaria a sua filha se casar com um negro? Este é o argumento clássico dos racistas, e que a evolução social tornou inócuo. Pelo menos entre nós brasileiros. Mas, até que ponto uma sociedade será aberta, para permitir que os negros não só ascendam na escala econômica e social, como também se casem com brancos? A história demonstra que a maioria dos indivíduos que formam conscientemente a chamada sociedade branca tolera repartir com um negro suas posses, seus lucros e seus prazeres - mas não suas mulheres. Mesmo no Brasil, onde não existe a consciência geral de uma sociedade branca (o que significa que o preconceito de cor é mínimo ou toma outras formas), os casamentos mistos eram raros, e, quando aconteciam, davam-se quase sempre nas camadas mais baixas da população. Outra constante: o branco era sempre o homem - o que não deixa de ser um sintoma de dominação, ligado a ideia da passividade feminina” (CAVALCANTE, 1971, p.69)

A reportagem escrita pelo jornalista Gilberto Cavalcante (1971, p.70) inicia apontando que “à medida que a mulher – branca ou negra – se torna um elemento ativo na sociedade e passa a tomar a iniciativa na conquista amorosa, todas as barreiras de cor entre os sexos começam a cair”. E aponta que a oposição da família quanto a relação mista nem sempre se limita ao período do noivado ou do namoro. Após o casamento, muitas vezes o amor se deteriora diante da pressão contínua do casamento. Segundo a reportagem, uma solução encontrada por casais racialmente mistos é se mudarem para outra cidade, onde o preconceito não é tão arraigado.

Assim como em 1962, *Manchete* remonta a ideia de que no Brasil não há preconceito propriamente dito, dessa vez pelo viés das misturas raciais existentes no país. A reportagem aponta um crescimento no índice de uniões inter-raciais, fator esse que contribui para a manutenção de uma sociedade com diferentes características raciais e em última instância cria-se uma ideia contínua de que as relações inter-raciais tornam o Brasil um país em que o preconceito é mínimo “ou toma outras formas” (CAVALCANTE, 1971, p.69). Essa última opção sugere uma aproximação maior da realidade brasileira.

Em se tratando das escolhas conjugais no país, o índice de casamentos inter-raciais passou de um em cada dez casais em 1960, para um em cada três em 2000. De acordo com Ribeiro e Silva (2009), os dados nos levam a debater as estruturas das relações raciais no país,

que se articulam com o debate de gênero, ao posicionar a mulher como um ativo social e a questão da parentalidade nessas relações, que em muitos casais relaciona-se com desconfortos e tensões familiares (BARROS, 2003).

No caso do primeiro casal apresentado na reportagem, Ariane e Bruce moram em Paris – ela é negra, natural da Guiana Francesa – ele é branco, nascido na Califórnia. Conheceram-se em uma festa em Paris e se casaram 10 meses depois. Bruce, filho de uma tradicional família norte-americana, aponta que cresceu em um ambiente de segregação, seu pai era racista convicto (CAVALCANTE, 1971, p.71).

O segundo casal apresentado na entrevista é Cléia de Oliveira e Guy Leroux – ela é carioca de Botafogo, negra formada em economia e ao realizar uma pós em Paris conheceu Guy, quando iniciaram um romance. Segundo Cléia, em Paris, os negros são cotados, ela conta que antes de se casar namorou um africano, que era disputadíssimo pelas mulheres brancas.



Figura 07: “Ela é brasileira e ele francês: Cléia e Guy” | *Manchete*, 1971, nº 1011

Fonte: Reprodução da autora

Outro fator que ganha destaque nas relações é a mitificação ou exotificação dos pares negros. Já no Brasil, a reportagem aponta que “nem sempre as coisas são tão fáceis” e focaliza

a história de Arlete Sales e Tony Tornado, que vivenciam uma pequena crise familiar (CAVALCANTE, 1971, p.70). Arlete conta que embora Tony estivesse no auge, sua família reprovou sua escolha, fazendo com o casal assumisse uma postura mais rígida frente aos comentários sobre a união. No entanto, segundo ela: “Nem sempre esses comentários querem dizer preconceitos” e acrescenta: “Toda branca gostaria de ter um negro, principalmente as loiras [...] O negro representa para elas uma espécie de símbolo de potência, de força, é a raça quente” (CAVALCANTE, 1971, p.71). A frase dita por Arlete demonstra o ideal construído em torno da hipersexualização do corpo negro e fornece a nós também horizontes para pensar acerca da ideia proposta por Florestan Fernandes, que remonta a ideia de no Brasil, existe o preconceito em ter preconceito.

A segunda parte da reportagem, intitulada “O fator econômico é vital num casamento misto” (CAVALCANTE, 1971, p.72), como o próprio intertítulo resume, coloca em debate a questão econômica como fator final para concretização dessa união. Em um movimento para falar sobre as relações econômicas, a reportagem recorre a história de Leninha e Dr. Nilson Rossi – ela uma aluna e ele um professor de matemática.

Quando começaram a namorar, segundo o texto, não faltaram comentários sobre o fato de a moça namorar um negro. Na família dele, ele recebeu comentários não menos radicais, como: “Você está namorando uma branca! Pretende casar mesmo? Cuidado para não ser passado para trás por um branco” (CAVALCANTE, 1971, p.72). Casados há 15 anos, com dois filhos, mudaram-se para o Rio, ele atua como médico pediatra e diretor do pronto socorro infantil de Bonsucesso.

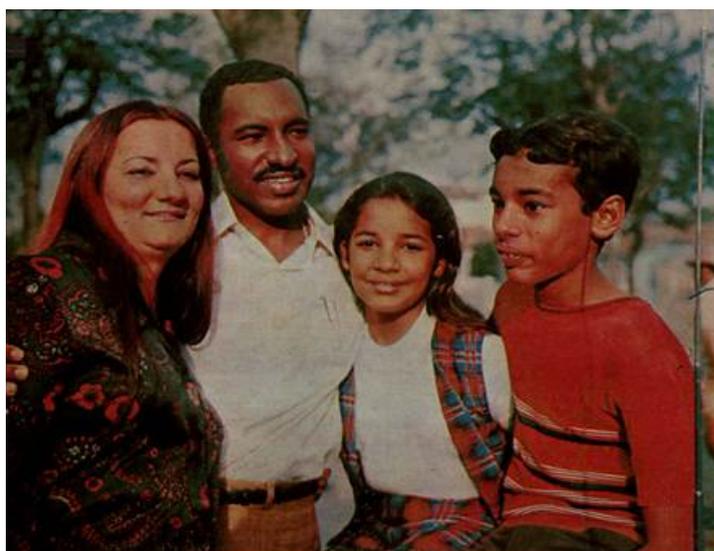


Figura 08: Leninha e Dr. Nilson têm hoje dois filhos. Seus problemas já acabaram | *Manchete*, 1971, nº 1011

Fonte: Reprodução da autora

Segundo Leninha, “no Brasil, o preconceito de cor é velado. Ou puramente social, porque, a partir do momento em que o negro se destaca em um sua profissão ou tem posses, o problema de cor deixa de existir” (CAVALCANTE, 1971, p.72). A reportagem utiliza também como exemplo as figuras de Pelé, Jorge Bem Jor e Simonal, homens negros bem-sucedidos, casados com mulheres brancas, que afirmam não terem passado por preconceitos familiar ou social. Remontando a ideia apresentada por Leninha, de que a questão econômica é um fator que influi sobre o aspecto da relação inter-racial.



Figura 09: “Só no casamento se descobriu que nega Tereza de Jorge Ben Jor era loura Tereza” | *Manchete*, 1971, nº 1011

Fonte: Reprodução da autora



Figura 10: “Casamento de Wilson Miranda com Neuza Maria” | *Manchete*, 1971, nº 1011

Fonte: Reprodução da autora

Sob a perspectiva da seletividade marital proposta por Ribeiro e Silva (2009) os inter-casamentos no Brasil assumem normas ideais e padrões reais:

(1) idealmente, pessoas de cores diferentes podem se casar, mas na prática há sempre desconforto e tensão nas famílias quando ocorrem esses tipos de casamento; (2) o casamento entre homens mais escuros e mulheres mais claras seria mais aceito, e de fato esse tipo de casamento seria mais comum e menos problemático do que o inverso; (3) casamentos de tipos fisicamente mais próximos seriam mais aceitos, mas na prática a distância de cor que separa os tipos diferentes diminui na medida em que os casamentos se dão em classes ou grupos de *status* mais altos; e (4) casamentos inter-raciais são mais aceitos se os homens mais escuros tiverem *status* mais alto do que as mulheres, mas, de fato, em casamentos socialmente assimétricos, a diferença de cor é mais aceita do que em casamentos socialmente mais simétricos (RIBEIRO & SILVA, 2009, p.17).

Desses aspectos apontados pelos autores, observa-se, tanto na matéria de 1962 quanto em 1971, um número maior de uniões formados por homens negros e mulheres brancas. Observamos a tendência de haver no Brasil uma hierarquia social amparada na interseccionalidade, onde nesse espaço de disputa de poder, o negro sempre será mantido em uma posição de inferioridade. Nessa relações a aparente desvantagem pode vir ser amenizada de acordo com o status financeiro do homem negro (TELLES, 2003). No entanto, a posição social deste homem sempre será permeada por estigmas existentes sobre a cor da pele como no caso de Arlete e Tony. Sob essa mesma esfera, é importante ressaltar a ênfase que a reportagem atribui a condição da mulher na sociedade, em torno da pergunta: “Você deixaria a sua filha se casar com um negro?”, a matéria remonta a ideia da mulher como um troféu social, onde nesse posicionamento, no plano do não dito, às mulheres negras é destinado o local de “pouco ou nenhum amor” (hooks, 2006, p. 188).

3.3. Raça e sociedade: superando o “nível folclórico das relações”?

Com intervalo de 24 e 15 anos, respectivamente, das reportagens que tiveram como temática o relacionamento afetivo inter-racial, no dia vinte de dezembro de 1986, a revista *Manchete* publicou a reportagem de capa: “Casais Mistos/ Retrato em preto e branco”, escrita por Lilian Bem David. Nesta edição de nº 1809, a revista aborda novamente o tema a partir da vivência de casais racialmente mistos, que mostram o enfrentamento frente às críticas advindas do preconceito racial vivenciado por eles.

Todo mundo sabe que existe preconceito racial no Brasil - mas dificilmente alguém reconhece, abertamente, o seu preconceito. As conquistas chamadas

minorias já conseguiram, pelo menos, tornar antipáticas declarações desse tipo. Mesmo assim ainda há um longo caminho a percorrer, na integração definitiva dos negros à sociedade brasileira. Gilberto Gil, casado com uma branca, Flora - e um dos principais negros a participar dessa luta -, considera fundamental superar o nível folclórico das relações: “Já nem falo mais em nome dos negros, porque vivo privilégio da raça branca”. Falo em nome de todos, pela pacificação definitiva do Brasil, pela integração - como uma voz benigna da história.” No momento em que a discussão sobre a nova Constituição preocupa o país inteiro, a questão racial não pode ser esquecida. MANCHETE ouviu Afonso Arinos (que conseguiu criminalizar as manifestações de preconceito racial) e vários casais racialmente mistos que enfrentam críticas, veladas ou não. Veja o que eles têm a dizer (DAVID, 1986, p.80).

Com a visão de que “no Brasil, o casamento inter-racial ainda é motivo de choque cultural” (DAVID, 1986, p.81). A reportagem inicia com a concepção de que devido à existência de um perfil racial mestiço, a união de casais inter-raciais é comum no Brasil, “a não ser quando o caso acontece em sua própria família”. A matéria aborda que diante da disparidade social entre o negro e o branco no mercado de trabalho, nos papéis em telenovelas, a visão do “O negro bem-sucedido profissional e socialmente ainda é uma exceção, no país que aplaude a Lei Afonso Arinos” (DAVID, 1986, p.81).

Trinta e cinco anos após a criação dessa Lei, o autor entrevistado relembra que no momento da apresentação do projeto de Lei, o Deputado Gilberto Freyre foi o único que se manifestou a favor. Criada a partir de um episódio de preconceito vivenciado por seu motorista negro José Oliveira que, acompanhado de sua esposa alemã Alzira Nunes de Oliveira, foi barrado em uma confeitaria, Afonso Arinos reconhece que na Lei havia falhas. Já, em 1967, após uma correção, o preconceito racial passou a ser crime. A partir desse contexto, a matéria reflete que embora a Lei aponte que “é crime qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos. Ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, raça, cor, sexo, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, ou qualquer particularidade ou condição social” (DAVID, 1986, p.82).

A matéria discute que a mentalidade da sociedade brasileira precisa “evoluir”, exemplificando os constrangimentos passados pelos casais que vivenciam o relacionamento misto como, por exemplo, Cláudio Adão, 30, negro, jogador de futebol e Paula Barreto, 27, branca, filha do cineasta Luís Carlos Barreto. Recém-contratado por um time de futebol na Bahia, ele relata sobre o preconceito vivenciado por ele na cidade. O jogador aponta que “o povo brasileiro é racista por debaixo do pano” (p.82). Por outro lado, segundo a matéria,

Paula não se incomoda tanto quanto Cláudio. Ela se apaixonou e afirma: “Quer saber? Ninguém é culpado do racismo. É um problema de educação, de condicionamento” (p.82). Segundo ela a mãe foi contra: “Não podia ser diferente. Garanto que nenhuma mãe, dentro dos padrões atuais, ficaria contente de saber que sua filha única quer se casar com um preto”, evidenciando uma relação valorativa entre o negro e o branco (DAVID, 1986, p.82). Em um posicionamento mais maduro, reconhecendo de antemão a existência do preconceito racial no Brasil, a matéria ainda dialoga com a ideia de que as condições de classe amenizam o preconceito racial no Brasil.

Como afirma Nascimento (1978), diante das relações de poder instituídas pela colonialidade, estabelece-se em sentido amplo a condição do negro sendo inferior ao branco:

devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (NASCIMENTO, 1978, p. 92).

Na sequência, a atriz Adele Fátima, 32, casada com o engenheiro Marcelo Brandão Carneiro, 32, declara que na sua casa “Não existem cores” e sim “pessoas” mesmo vivendo cercada por preconceito (DAVID, 1986, p.82 - 83). Ela ainda se queixa pela televisão alimentar o preconceito, atribuindo sempre a negros papéis secundários. O terceiro casal apresentado, a estilista Biza Viana, casada com ator e diretor negro Zózimo Bulbúl, complementa a fala de Adele, ao apontar que: “atitude do negro tem que ser guerreira em relação à cultura estabelecida” (DAVID, 1986, p.83). Segundo Biza, a cultura do país é em grande medida oriunda dos negros. Zózimo ao complementar, aponta que o brasileiro não aparece na televisão tal qual como deveria.

Na tentativa de trazer para o debate a existência de personagens importantes para a liberdade do negro, a revista remonta brevemente a história de Zumbi dos Palmares. O texto inicia com a afirmação: “Os negros trazidos da África como escravos não tinham um temperamento tão dócil e passivo como relata a história oficial” (DAVID, 1986, p.83). A matéria aponta que os negros durante todo o processo da escravidão buscaram a liberdade; e um dos meios encontrados para alcançar tal objetivo foi à criação dos quilombos, povoações em que se reuniam, dentro de florestas para viverem livres, como é o caso de um dos maiores quilombos que já existiu no Brasil, o Quilombo dos Palmares, no interior de Alagoas. A reportagem complementa que diante da “traição de Ganga-Zumba”, que “abandonou a capital

do quilombo em troca de terra e da liberdade dos que haviam fugido dos engenhos”, nasce Zumbi, que permaneceu em Palmares, conseguindo reunir novamente uma grande população negra.

A matéria levanta uma questão fundamental: embora o acontecimento em torno da história do Quilombo de Palmares e a morte de Zumbi simboliza um marco, na época se fez pouco conhecido e como a própria matéria acrescenta “mal explicado pela história oficial” que optou por repercutir o 13 de maio, quando Isabel promulgou a lei áurea (DAVID, 1986, p.83). Apontado pela reportagem como um dos “nomes mais conhecidos, entre os que participam da luta pela conscientização quanto à questão racial” Gilberto Gil, também, um dos entrevistados, afirma que os negros passaram a recusar “a imposição de categoria selvagem” (DAVID, 1986, p.84). Este movimento foi necessário para superação dos níveis folclóricos das relações e ainda se refere à necessidade de um basta ao “socialismo moreno”. Para o cantor, é necessário que se eleve “a consciência e participação do negro” questão essa, “muito ligada à própria elevação das bases da pirâmide social brasileira” (DAVID, 1986, p.84).

Sob uma nova perspectiva, o jogador Marinho, casado com Tânia, aponta à resistência de ambas as famílias em aceitar a relação. Tânia conta que sua filha se questionava pela diferença de cor. Já Marinho sente dúvidas quanto à nova Constituição do Brasil, segundo ele “a cabeça das pessoas que tem que mudar”. Encaminhado para o fechamento da matéria, Gilberto Gil, afirma que o reconhecimento de Palmares significa um marco importante, traçando um comparativo com a importância de Tiradentes, símbolo das “Diretas já”. Gil referencia Zumbi como símbolo do pedido de “Democracia Racial, Já” (DAVID, 1986, p.84).

A imagem do Brasil, a partir da década de 1930 é marcada pela construção do multiculturalismo, isso contribuiu para que a identidade brasileira se firmasse a partir do mito da democracia racial, diferenças sociais, instituídas sobretudo no período pós abolição. De certo, a matéria antecipa uma questão que necessitava ser discutida no âmbito das políticas sociais, tendo em vista que até o momento, desde a existência da primeira lei que criminaliza a discriminação racial, foram modestas as mudanças sociais frente aos estigmas sociais em torno do homem e da mulher negra. Tendo isso em vista, a matéria, de maneira muito peculiar, discute a necessidade de discutirmos a importância de termos o negro como um elemento social que, nutrido por condições sociais, pode vir a desenvolver e habitar um espaço onde a democracia racial se torne realidade.



Figura 11: “Casado com Flora, Gilberto Gil acha que a emancipação do negro é uma questão ligada à melhor distribuição de renda” | *Manchete*, 1986, nº 1809

Fonte: Reprodução da autora

3.4. *Febre na selva*: desejo, cor e “ascensão”

Manchete, em sua edição de nº 2064, publicada em dois de novembro de 1991, trazia sua última reportagem ao longo de quatro décadas (ANO 40) sobre o tema do relacionamento inter-racial. Guiada a partir do filme *Febre na Selva*, de Spike Lee, que conta a história de um

amor inter-racial no contexto do racismo nos EUA. Tendo como referência o filme, a reportagem de Tarlis Baptista (Rio) e Nancy Campos (São Paulo), apresenta a experiência de sete casais inter-raciais, no Brasil.

Seria uma tranquila história de amor entre um homem e uma mulher, se ele não fosse negro e ela branca. E é em torno dos conflitos gerados pelo relacionamento de um arquiteto negro, casado, uma filha com a sua secretária branca que rola o filme *Febre na Selva* (Jungle Fever), de Spike Lee. Tendo como plano de fundo a cidade de Nova Iorque, o diretor de *Faça a coisa certa* e *Mais e melhores blues* mostra que o racismo nos EUA de hoje não está restrito apenas aos segmentos brancos da população. Ele é forte, intenso, também entre os negros. Partindo da dica de Spike Lee, MANCHETE ouviu sete casais para saber como eles estão vivendo no Brasil a decisão de assumir o amor, mesmo sendo de raças diferentes (BAPTISTA; CAMPOS, 1991, p.71).

“Como no filme Febre na Selva, os casais em preto e branco no Brasil assumem o amor e enfrentam o racismo na busca da felicidade” (BAPTISTA; CAMPOS, 1991, p.71), traçando um perfil comparativo entre as uniões afetivas entre o Brasil e o EUA. A matéria presente na editoria de comportamento remonta a vivência de sete casais, compostos pelo perfil de homens negros e mulheres brancas. A partir da visão do casal racialmente misto Ebony e Ivory, moradores de São Paulo, a reportagem remonta a ideia de que no Brasil essa união é aceita mais naturalmente que nos EUA. Segundo Eboy e Ivory, “a miscigenação ocorre desde os tempos do Brasil Colônia e já se tornou uma tradição na nossa formação étnica e cultural” (BAPTISTA; CAMPOS, 1991, p.72). Em discordância, os casais do Rio de Janeiro, afirmam que:

naquele tempo o branco colonizador dominava a negra e a índia sem assumir a paternidade dos filhos e o envolvimento amoroso. E a situação perdurou por muitos anos, só começando a sofrer uma alteração quando a mulher branca, liberta pela pílula, depois de alguns anos de romances clandestinos, passou a assumir mais claramente a sua paixão por um homem de pele diferente da sua (BAPTISTA; CAMPOS, 1991, p.72).

A reportagem aborda que essa união afetiva é capaz de demonstrar a não existência de separação de etnias, como ocorre dos EUA, sendo um fator que facilita a interação. Segundo a reportagem, se os casais paulistas sofrem menos discriminação isso acontece de forma velada.



Figura 12: “Maria e Antônio Cardim Barbosa na Bahia; Paula e Cláudio Adão, no Rio, tiveram de superar problemas familiares para provar que o amor é mais forte do que a cor” | *Manchete*, 1991, nº 2064

Fonte: Reprodução da autora

Na sequência, assim como no filme de Spike Lee, a reportagem traz um comparativo. Glória Helena Tavares e Marcos Tadeu Rosa se conheceram na empresa que trabalhavam em 1986, ela era secretária executiva de sangue italiano. Já Marcos atuava na área de informática e não tinha contato direto com Glória. Marcos, “dono de uma empresa de exportação coloca na mesa outra face das questões racistas: as pessoas no Brasil não estão acostumadas a ver negros socialmente bem-sucedidos, o que cria situações até embaraçosas” (BAPTISTA; CAMPOS, 1991, p.72), uma das questões levantadas pelo entrevistado diz sobre o processo de ascensão profissional dificultado pelo preconceito racial

Na sequência, a história de Denise e Pipoca – ele jogador da seleção brasileira de basquete – conta que se conheceram em Belo Horizonte durante o campeonato juvenil de basquete em 1980. A matéria ressalta que formar casais mistos entre atletas é algo muito “natural”. Em novas versões da história, Carlos e Sandra que se conheceram na faculdade, ele cursando matemática e ela química, afirmam nunca terem sofrido preconceito. Segundo eles, a cor da pele não foi motivo de atração ou afastamento, mas sim as divergências políticas em uma greve de professores. Logo depois, porém, se tornaram amigos, namorados e casaram-se em 1989. Sandra conta que aos 15 anos namorou um rapaz negro e a família foi contra. Mais

velha, morando sozinha, a família que não pode mais opinar, “adora” Carlos Alberto. Segundo ela, o preconceito acabou quando os outros irmãos de Sandra optaram por se relacionar também com parceiros pretos. Já a família de Carlos não fez restrição a Sandra. Segundo Carlos, todas as namoradas anteriores eram brancas. Na opinião de dele, “às vezes o negro é muito racista. Se o rapaz negro namora uma moça negra, já se cria a barreira, porque as pessoas julgam: ‘é negro, é pobre’” (BAPTISTA; CAMPOS, 1991, p.72). Sandra, aproveita o exemplo e conta um fato que aconteceu no dia do casamento. Segundo ela, uma de suas tias espanholas, radicais, cochichou e perguntou para a mãe: “Loli, você já pesquisou a vida de Carlos Alberto? Ele é negro e todo negro é maloqueiro” (BAPTISTA; CAMPOS, 1991, p.72).

A matéria traz também a história de Antônio Cardim Barbosa, engenheiro e filho de um conhecido médico baiano, que foi paquerado por sua mulher, Maria Ozete Pereira Barbosa, secretária, durante muito tempo. Ele conta que Antônio era muito tímido, ela que tomou iniciativa. Eles relatam que em uma festa em Salvador, dançaram a noite toda e ao fim, ao oferecê-la para levá-la para casa, ela teve uma postura racista: “Pensei que ele ia me levar de táxi, de ônibus ou num carro velho. Era um carro novo, fiquei até envergonhada”(BAPTISTA; CAMPOS, 1991, p.73)

O namoro de Maria Izete e Antônio Cardim Barbosa aconteceu às escondidas dos parentes. Quando decidiram se casar, já haviam experimentado algumas decepções. As amigas de Maria diziam que ela era muito bonita para se casar com um negro. Já Antônio temia que a família fosse pensar que a esposa estivesse interessada na posição econômica que tinham. “Tudo isso sem falar nas atitudes claras de discriminação que sofreram nos restaurantes e em outros locais aonde chegávamos”, conta Antônio, engenheiro da Petrobrás em Salvador (BAPTISTA; CAMPOS, 1991, p.73).

A reportagem retoma o filme de Spike Lee, *Febre na Selva*, ao situar Paula Barreto Adão. Ela conta que foi com determinação que ela e Cláudio Adão, o jogador de futebol, superaram todas as dificuldades que surgiram quando decidiram casar-se. Cláudio relata que a família não aprovava a união. Casados há 14 anos, o casal tem dois filhos – Camila, 7 anos e Felipe, com 5 anos, e segundo ele, nunca enfrentaram problemas nas cidades e países onde Cláudio exerceu sua profissão. Paula aponta que um detalhe chamou atenção no filme de Spike Lee, segundo ela, “arquitetos negros podem até existir, mas não conhece nenhum no Brasil” (BAPTISTA; CAMPOS, 1991, p.74).

Na sequência, a história de Terezinha e Francisco Santos retrata o preconceito sofrido em seu ciclo de amizades. As amigas de Terezinha falaram muito por ele ser negro, ela sabia

que os pais eram “racistas” e jamais iriam aceitar. Francisco é filho de pai negro e mãe branca e, por isso, não enfrentou problemas na família.

Ao final da matéria, conhece-se o ator Romeu Evaristo, casado há sete anos com Elizabeth Nahas, filha de um tradicional comerciante do Rio. Se conheceram na faculdade, Romeu cursando Jornalismo e Elizabeth, Pedagogia. Elizabeth conta que quando iniciaram o namoro a frase que mais escutou foi: “corte o mal pela raiz. Eu não cortei, mas estou arrependida”, declara (BAPTISTA; CAMPOS, 1991, p.74). Eles enfrentam problemas não de preconceito, mas de inveja. Segundo Romeu, que interpretou o Saci no programa televisivo *Sítio do Pica Pau Amarelo*, o amor é maior que tudo.

A última reportagem da revista *Manchete* acerca da questão dos relacionamentos inter-raciais, embora seja justificada pelo lançamento do filme *Febre na Selva*, se apresenta em um cenário muito mais complexo. De acordo com o Censo demográfico de 1991, a população de negros e pardos no Brasil correspondia a 59,3 milhões em um total de 138,5 milhões de habitantes. Desde a restauração do estado democrático a partir de 1985, o Brasil passou a enfrentar uma intensa crise econômica, social e política, como reflexo da ausência da inserção de políticas sociais no período pós-abolicionista e a construção de uma cultura que apontava o Brasil como democracia racial; nesse cenário, o negro passou por intensos processos de marginalização que perduram até os dias atuais.

A matéria, entre vários pontos já apresentados anteriormente, transmite a ideia de que as mulheres brancas são as maiores responsáveis pela liberdade de escolha de todas as mulheres, possibilitando a existência dessa união afetiva inter-racial. Nessa esfera, assim como em 1971 e 1986, a reportagem remonta a ideia de que as mulheres negras socialmente têm sido consideradas “só corpo, sem mente” (hooks, 1995, p. 6). Essa reportagem em questão aponta para o padrão da seletividade afetiva da época diante da preferência dos homens negros pelas mulheres brancas, o que lembra Fanon (2008) que explica:

sobre o suposto complexo de dependência do colonizado” propõe que na sociedade a busca por reconhecimento é calcada na busca por afeto do branco: “Não quero ser reconhecido como negro, mas como branco. [...] Quem pode me propiciar isso, se não a branca? Ao me amar, ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como branco. Sou um branco (FANON, 2008, p. 79).

Em suma, Andrews (1997) aponta que, dadas as condições sociais do Brasil no período pós restauração do governo civil, o país enfrentava uma séria crise de identidade nacional, demandando a construção proposta por Freyre, de uma identidade nacional, pautada

na democracia racial – o que nunca existiu de fato. A reportagem traz novamente uma tentativa de comparação social com os EUA, e remonta mesmo com as similaridades a ideia de que no Brasil o preconceito racial é amenizado pelas relacionamentos inter-raciais, e que para alguns mesmo com discriminações familiares, o amor é visto como sinônimo de superação das discriminações.

3.5. Juntos e Misturados? Aproximações entre o relacionamento Inter-racial e o ideal da Democracia Racial

A partir desta análise, buscou-se perceber quais sentidos acerca das relações inter-raciais, tidas como característica nacional, foram discursivamente produzidos e construídos pela revista *Manchete*. Sendo o jornalismo um campo de construção de sentidos, a partir da análise dos textos coletados, observam-se os modos pelos quais os sentidos foram construídos acerca dos casamentos inter-raciais. As quatro reportagens discorrem sobre a existência do racismo no Brasil.

Contudo, em 1962, a matéria, aponta para um possível “complexo racial”, ao passo que demonstra a valorização da miscigenação como a principal característica nacional. Nesta visão, as relações inter-raciais encontram-se demarcadas por um debate valorativo sobre o negro em detrimento do branco.

Em 1971, *Manchete* traz a ideia de que o preconceito no país pode vir a ser mínimo diante dos relacionamentos inter-raciais, mas em contrapartida, levanta as questões de gênero e classe. A primeira quando associa a figura da mulher como elemento ativo na sociedade e propõe uma discussão em torno da união de homens negros com mulheres brancas; a segunda, ao acenar para a possibilidade da união mista entre o homem negro e a branca, com condicionantes. Nesse caso, o fator financeiro, para os homens negros, é elevado; nesta via a mulher branca torna-se um similar a um troféu social. No plano do não dito, encontra-se em posição acima da mulher negra, bem como do homem negro, uma vez que este precisa ter uma condição elevada para fazer possível essa união.

Já, em 1986, *Manchete* retoma a pauta do relacionamento inter-racial por um viés um pouco mais crítico sobre a condição do negro na sociedade. Diante da disparidade social, a revista denota a existência de avanços sobre a pauta racial, mas com tensões. Nesta esfera, ela aborda que a união afetiva mista ainda é vista como “motivo de choque cultural” (DAVIA, 1986, p.87). E põe em jogo as discursões sobre a ineficácia da Lei Afonso Arinos frente os

problemas sociais e aponta com antecedência para a importância do negro conquistar a partir da nova Constituição melhores condições financeiras como meio para efetivar a democracia racial.

Por fim, a última matéria analisada, após três anos da efetivação da nova Constituição (1988), em 1991, dialoga em certa medida com antigas práticas utilizadas culturalmente no Brasil para promover uma identidade nacional pautada na mistura de raças, ao traçar comparações, no âmbito afetivo com os EUA, lugar onde se passa a narrativa do filme de Spike Lee, *Febre na Selva*. Entre as quatro matérias, essa apresentação em sua composição, apenas homens negros com companheiras brancas, todos possuindo condições financeiras favoráveis a essa união, como proposto na matéria de 1971. Em vista disso, observa-se que ao longo de quatro décadas, *Manchete* agendou a pauta do relacionamento inter-racial em um movimento associativo às questões de preconceito racial e democracia racial. Mas nunca confirmando de fato a existência de um mito em torno da união das três raças “fundadoras” do país. Um outro posicionamento da revista frente a temática é que as matérias trazem consigo problemas individuais, que refletem sobre as experiências de vida dos casais apresentados. Nesta mesma linha, percebe-se a tentativa, a partir das imagens que compõem as reportagens, de traçar a ideia de amor romântico, o qual tudo supera.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a sua concepção, essa monografia almeja perceber como a revista *Manchete* movimenta sentidos e representações sobre os relacionamentos afetivos inter-raciais. Vimos que, no Brasil, o racismo se estabelece em um cenário político, amparado pela ciência, no contexto de proximidade da abolição da escravatura, e no processo cultural, pós abolição que constrói a ideia de uma sociedade multirracial democrática (MBEMBE, 2018; SCHWARCZ, 1993 e 1996). A partir desse viés, pode-se compreender que o racismo é estrutural e nesse contexto o homem branco é privilegiado em todos os âmbitos, incluindo o afetivo (ALMEIDA, 2019). Frente a essa questão, analisar as escolhas matrimoniais ou seletividade marital implica na importância de se levar em conta fatores sociais e culturais, sobretudo, na perspectiva histórica do Brasil. Nesse aspecto, entendemos que as revistas, a partir de suas especificidades remontam um lugar histórico e ideológico de um passado não tão distante.

As relações étnicos raciais no Brasil, se constroem, em grande medida pela cultura, e neste contexto, as revistas ao suprirem a necessidade do leitor (que neste caso decidem seu estado de ser) informam, trazem cultura e entretenimento. Diante disso, “conhecendo o leitor” sabendo “exatamente o tom com que se dirigir ir à ele” (SCALZO, 2004, p.76), *Manchete*, ao instituir sentidos sobre as relações raciais no Brasil, utiliza como plano de fundo as uniões afetivas inter-raciais. *Manchete* representa a partir do relacionamento afetivo inter-racial heterossexual um valor a ser conquistado e mantido para a efetivação de uma sociedade brasileira plural e multirracial.

Silvia Ramos (2002) observa que em todos os âmbitos sociais no país existe a negação do racismo, e essa negação mantém a problemática num lugar de camuflagem. Assim, *Manchete*, ao agendar a pauta do relacionamento inter-racial, opera construindo uma representação que confirma que apesar das diferenças socialmente construídas – configuradas no campo da valoração do preto e o branco –, no contexto da afetividade essa relação pode acontecer, porque o “amor tudo supera”. Desse modo, tem-se como sugestão a ideia de que no Brasil, o racismo pode ser amenizado com a união das diferenças. Neste sentido, empregando o jornalismo como um construtor de realidades, *Manchete* mobiliza sentidos sobre o relacionamento inter-racial de modo limitado. Uma vez que assim como essa relação pode significar um interesse de ambas as partes por romper barreiras socialmente impostas, pode também revelar um reforço das diferenças, se levados em consideração os recortes de classe e gênero.

Em vista disso, no Brasil, *o amor não tem cor?* De certo modo, no mundo ideal, todos podem se relacionar com quem quiser, tendo em vista que o amor é uma construção social, e “são os discursos e práticas sociais que permitem que o amor “exista” da forma como ‘existe’, que seja sentido da forma como é sentido” (DIAS; MACHADO, 2011, p.504). Nessa perspectiva, sendo o Brasil um país estruturado pelas questões raciais, o racismo atravessa todas nossas relações e tem o poder, inclusive, de definir nossa forma de amar. Como explica Munanga (1999), desde as primeiras relações inter-raciais da história, há uma presença da violência, inclusive sexual.

Fanon (2008) atribui à colonialidade as profundas marcas das estruturas raciais na subjetividade dos negros, que afetam sua autopercepção, seus anseios e papéis sociais. Frente a isso, por que a pauta do relacionamento inter-racial é revisitada tantas vezes na *Manchete*? A revista, como já vimos, em raros momentos pautou a questão racial no Brasil. Há anos a mídia fomenta a diversidade através das relações inter-raciais em uma aproximação do discurso de uma identidade multirracial, de um povo miscigenado e alegre.

Contudo, vemos nas quatro reportagens de 1962, 1971, 1986 e 1991 um movimento, ainda na titulação, que fomenta a separação de raças, assim propondo o amor em “preto e branco”. O que retoma uma evidente distinção separatista em uma ação de possível mistura, a partir dessas relações afetivas culminando na ideal de união das diferenças¹⁸. Assim, observamos que a pauta do relacionamento inter-racial é revisitada tantas vezes na *Manchete* por essa tentativa de aproximação ao progresso, que ainda permanece calcada no viés de valorização do branco em relação ao negro.

Em um sistema de constante mudanças sociais ligados diretamente a fatores como raça, classe e gênero atribui-se ao jornalismo a ação de transformação de significações culturais a marcas sociais e históricas do país. Como se propõe nas reportagens de 1986 e 1991, no entanto, a valorização do negro, socialmente, estaria restrita ao fator econômico. Essa tradução, dado o acontecimento do aumento de uniões afetivas inter-raciais, está distanciada da complexificação das questões históricas de um sistema que atribui a população negra o papel de subalternidade e dificulta a partir das raízes racistas coloniais do país a ascensão não só econômica, mas social do negro.

Por fim, conclui-se que a pesquisa apresentada nesta monografia atravessa questões atuais e percepções que foram atuais, ainda nas décadas em que o assunto foi retratado. Nesse

¹⁸ Assim a *Manchete* propõe um diálogo, que aponta: se eu amo uma pessoa que é tão diferente de mim (sendo eu, historicamente, superior) logo é inexistente o preconceito racial.

sentido, observa-se, entre muitas atualizações, os apagamentos sexuais e de gênero existentes nos períodos, uma vez que as matérias analisadas representam as relações de casais heterossexuais, que podem dizer sobre questões sociais históricas em torno do patriarcado, bem como as complexidades que envolvem esse sistema de opressão. E sob essa e outras perspectivas apresentadas, nessa monografia, convém reforçar a provocação que acompanha essa pesquisa: apenas o amor, nessas relações, basta?

REFERÊNCIAS

- ALI, Fátima. **A arte de editar revistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- AGUIAR, Márcio Mucedula. **A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, v. 36, n. 37, p. 83-88, 2007.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AMORIM, Rose Mary Guerra. **O Governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados**. Tese de Doutorado. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- ANDREWS, George Reid. **Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano**. Estudos avançados, v. 11, p. 95-115, 1997.
- AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Jornalismo e comportamento: os valores presentes no discurso da revista Veja**. Dissertação de Mestrado. PPG em Comunicação e Informação. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- BARROS, Zelinda dos Santos. **Casais inter-raciais e suas representações acerca de raça**. Dissertação de Mestrado. PPG em Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 2003.
- BAPTISTA, T. & CAMPOS, N. Casais PB. **Manchete**. Rio de Janeiro, ano 1991, ed.2064, p.70-74. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/270942> Acesso em 12 Mar. 2022.
- BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico Mello B.; SCHWAAB, Reges (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 44-57.
- BLOCH, Arnaldo. **Os irmãos Karamabloch: ascensão e queda de um império familiar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BÔSCOLE, Ronaldo. Amor em Prêto e branco. **Manchete**, Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/45956> Acesso em 12 Mar. 2022.
- BORGES, Rosane da Silva. Mídia, racismos e representações do outro: Ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs). **Mídia e racismo - Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates**. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii Editora Ltda, 2012. p. 178-203.
- BORGES, Rosane da Silva. Mídia, racismos e representações do outro. BORGES, RC; BORGES, RS. **Mídia e Racismo**. Petrópolis-RJ: ABPN, p. 64-83, 2012.

BUENO, Isabela Simões. O inimigo no espaço colonial e o discurso sobre raça como operador bionecropolítico. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 12, n. 32, p. 102-112, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544, 1995.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloísio. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos**, v. 16, p. 7-24, 2004.

CAVALCANTE, G. Amor em preto e branco. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 1971, ed. 1011, p.68-73. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/117107> Acesso em 12 Mar. 2022.

CORAZZA, Sandra Mara. **Tema gerador: concepção e práticas**. Livraria UNIJUI Editora, 1992.

COSTA, Helouise. A invenção da revista ilustrada. In: BURGI, Sérgio; COSTA, Helouise. **As origens do fotojornalismo no Brasil**. Um olhar sobre O Cruzeiro. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2012. p. 202-323.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. p. 53-78.

DAVID, Lillian Bem. Casais Mistos: Retrato em branco e preto. **Manchete**, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1986. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/242118> Acesso em 12 Mar. 2022.

DIAS, Ana Rita Conde; MACHADO, Carla. Amor e violência na intimidade: da essência à construção social. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 496-505, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, v. 12, p. 100-122, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, p. 164-176, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**, 2 vols. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt Ltda., 1933.

FRIAS, Lena. Black Rio: o orgulho (importado) de ser negro no Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1976, Caderno B, p. 1 e 4–6.

GILROY, Paul. A crise da “raça” e da raciologia (parcial). In: GILROY, Paul. **Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 29-34.

GOBINEAU, Arthur de. **An essay on the inequality of the human races**. The Idea of Race. Indianapolis, IN: Hackett, 1853.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez, 2012, Preconceitos, v.6, n. 2.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, v. 22, n. 2, 1997.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HERRERA, José María. **Economía política del racismo en Venezuela**. Caracas: Fondo Editorial Mihail Bajtin, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

hooks, bell. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (orgs.). O livro da saúde das mulheres negras. Nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, p. 188-198, 2000.

hooks, bell. Intelectuais Negras. Revista de Estudos Feministas, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995, pp.464-478.

KYRILLOS, Gabriela M.; SIMIONI, Fabiane. Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo Bolsonaro (2019-2021). **Revista Direito e Práxis**, v. 13, p. 1874-1896, 2022.

LAPLANTINE, Francis. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAIO, Marcos Chor. **O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 5, p. 375-413, 1998.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDES, Maria Manuela. Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades/Race and racism: controversies and ambiguities. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 39, p. 101-124, 2012.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

MONAGREDA, Johanna Katiuska. A raça na construção de uma identidade política: alguns conceitos preliminares. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. 2, p. 366-393, 2017.

MORAES, M. L. B. Stuart Hall: cultura, identidade e representação. **Revista Educar Mais**, 3(2), 167–172, 2019.

MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo**: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Ambiguidade Raça/classe e a mestiçagem como mecanismos de aniquilação da identidade negra e afro-brasileira. In: MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 84-89.

NASCIMENTO, W. S. O casamento do preto marajá com a branca Arlete: relações amorosas e racismo em “Os discursos do Mestre Tamoda” de Uanhenga Xitu. **Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História**, 16(27), p. 26–41, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva SA, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O branqueamento da raça**: uma estratégia de genocídio. Nascimento A. O genocídio do negro brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. **O Negro revoltado**, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1968.

NERY, Jônatas Corrêa; FALEIROS, Rogério Naques. Teorias raciais, luta de classes e implementação de políticas para reparação: percurso do movimento negro no Brasil. **Temporalis**, v. 19, n. 37, p. 26-44, 2019.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. “**Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar**”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese de Doutorado em Ciências Sociais: IFCH, Campinas, 2008.

PÁDUA, Gesner Duarte. Manchete: uma cortesia do poder. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 2, n. 2, p. 213-222, 2013.

PENA, Felipe. **Seu Adolpho**: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

PEIXOTO, Luiz Felipe de Lima; SABADELHE, Zé Otávio. **1976**: Movimento Black Rio. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**. São Paulo: Editora Nacional, 1971

POLI, Moema de. Repensando as uniões inter-raciais no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 13, n. 4, p. 1051-1057, 2006.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil, 1a. ed. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.

RAMOS, Silvia. **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

RANGEL, Pollyanna Soares. Apenas uma questão de cor? As teorias raciais dos séculos XIX e XX. **Simbiótica**, v. 2, n. 1, p. 12-21, 2015.

RIBEIRO, Daiane Bertasso. **Jornalismo de revista e ethos discursivo**: as imagens de sinas capas e nos editoriais de Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2014.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SILVA, Nelson do Valle. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade conjugal no Brasil, 1960 a 2000. **Dados**, v. 52, n. 1, pág. 7-51, 2009.

RODRIGUES, Raimundo Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, 2008, p. 1151-1180.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1938.

RODRÍGUEZ, Júlio César Cossio. A política externa brasileira. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2015. p. 373-388.

SANTOS, Neuza Souza. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais**: tensões entre cor e amor. SciELO-EDUFBA, 2018.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, n. 18, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos avançados**, 8, p. 137-152, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 99-133.

SODRÉ, Muniz. Do lugar de fala ao corpo como lugar de diálogo: raça e etnicidades numa perspectiva comunicacional. Entrevistador: Roberto Abib. **RECHIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 877-886, out./dez. 2019.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Editora Vozes, 1999.

SOUZA, Rolf Ribeiro. **As representações do homem negro e suas consequências**. Revista Fórum Identidades, Ano 3, Vol. 6, pp. 97-115, 2009.

TAVARES, Frederico M.; SCHWAAB, Reges. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: TAVARES, Frederico Mello B.; SCHWAAB, Reges (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 27-42.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Sobre o jornalismo de revista e seu infinito singular **Revista Contracampo**, 25, p. 97-116, 2012.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **Ser revista e viver bem**: um estudo de jornalismo a partir de Vida Simples. Tese de Doutorado. PPG em Ciências da Comunicação. São Leopoldo: UNISINOS, 2011.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Temas que acontecem: operações entre jornalismo de revista e qualidade de vida. **Revista ECO-Pós**, v. 12, n. 1, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2. ed, 2005.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. São Paulo: Relume Dumará, 2003.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Brasília: Companhia Editora Nacional, 1938.

VIEIRA, Ítala Maduell. A cidade no jornal, o jornal na cidade: um mapeamento da influência dos endereços na história do Jornal do Brasil. **Revista Alceu (PUC-Rio)**, v. 18, p. 81-95, 2017.